



UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL - UTIC - PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

ELI VILMAR MORO

**CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS ESTADUAIS DE MACAPÁ: LUCIMAR DEL CASTILLO, SEBASTIANA
LENIR DE AMEIDA E TIRADENTES, DESDE SUA PRÓPRIA PERSPECTIVA.**

ASSUNÇÃO – PARAGUAI

AGOSTO – 2023

CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MACAPÁ: LUCIMAR DEL CASTILLO, SEBASTIANA LENIR DE AMEIDA E TIRADENTES, DESDE SUA PRÓPRIA PERSPECTIVA.

ELI VILMAR MORO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência da Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Educação pela Universidade de Tecnologia Intercontinental – UTIC.

Orientador: Prof. Dr. Estanislao Barrientos.

ASSUNÇÃO – PARAGUAI

AGOSTO – 2023

ELI VILMAR MORO

CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS ESTADUAIS DE MACAPÁ: LUCIMAR DEL CASTILLO, SEBASTIANA
LENIR DE AMEIDA E TIRADENTES, DESDE SUA PRÓPRIA PERSPECTIVA.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação Mestrado em Ciência da
Educação da Universidade de Tecnologia
Intercontinental - UTIC, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Ciência da Educação.

Banca examinadora:

Apresentado em: _____/_____/_____

Conceito: _____

ASSUNÇÃO – PARAGUAI
AGOSTO – 2023

Dedico este trabalho inicialmente a Deus por dar-me saúde e força para não desanimar e a minha esposa Rosa Maria da Silva pelo apoio e dedicação, incentivando-me constantemente nos momentos de cansaço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus que me permitiu inspiração para desenvolver esse trabalho, dando-me uma força divina quando o cansaço e o desânimo conseguiam alcançar a minha mente. Nesses momentos difíceis, o Pai Maior sempre sustentava-me, sendo, assim, até o final.

De maneira especial, agradeço a minha esposa Rosa Maria da Silva, a qual com carinho e incentivo me apoiou, de forma corajosa, em cada etapa da pesquisa quando o cansaço me consumia.

Também sou grato a minha família que foi compreensiva quando renunciei, algumas conversas, em face da minha dedicação ao estudo.

Agradecimento especial as minhas irmãs professoras as quais sempre me impulsionaram. Não me deixaram desistir diante das dificuldades surgidas, encontrando palavras certas no momento certo. Assim, prosseguiram com seus pensamentos positivos direcionados à concreta realização do meu trabalho. No âmbito familiar, estendo também o referido agradecimento aos meus sobrinhos estudiosos.

Agradeço aos professores que, ao repassarem conhecimentos, me estimularam a buscar mudanças com conceitos renovados, elevando o meu potencial intelectual e espiritual.

Sou muito grato ao meu tutor Estanislao Barrientos que, todas às vezes, quando solicitado, orientou-me de forma cortês e pontual.

E por fim, agradeço a minha queridíssima amiga Simone Ferreira que, incansavelmente, com suas sábias e encorajadoras palavras, nos momentos árdusos, me impulsionou de forma destemida e determinada a finalizar este trabalho.

RESUMO

Este estudo trata da condição de vida dos alunos do ensino médio de três escolas públicas de Macapá, trazendo uma abordagem analítica discursiva. Teve como objetivo geral determinar a condição de vida dos alunos do ensino médio das escolas da rede pública estadual de ensino de Macapá. E como objetivos específicos: identificar as condições sociais dos alunos do ensino médio da rede pública de ensino das escolas estaduais de Macapá; identificar as condições econômicas dos alunos das escolas públicas estaduais de Macapá; identificar as condições culturais dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá. Embasado na conjectura de que as condições sociais, econômicas e culturais podem representar fatores condicionantes a efetividade de uma educação de qualidade e o desenvolvimento do sistema educacional uma vez que tais condições foram apontadas em outros estudos dentro da temática como elementos que exercem influência no desempenho escolar dos alunos. Em tratando-se do desenho metodológico da pesquisa, aplicou-se a pesquisa quantitativa, descritiva com adoção do método estatístico. A investigação não é experimental, pois foi realizada sem a manipulação das variáveis e a observação foi feita de forma natural sem a existência de qualquer tipo de interferência. As técnicas adotadas correspondem a uma entrevista estruturada tendo por instrumento de coleta de dados um questionário. O local de pesquisa correspondeu as escolas estaduais Lucimar del Castillo, Sebastiana Lenir de Almeida e escola Tiradentes, localizadas no município de Macapá, capital do estado do Amapá. A população amostrada foi de 286 alunos de um total de universo de 1005 alunos do ensino médio matriculados nas escolas. Os dados analisados na pesquisa corresponderam a um quadro de variáveis que possui três dimensões, as quais referem-se à: 1) condição social; 2) condição econômica; e 3) condição cultural. Os resultados, portanto, demonstram que sobre as desigualdades sociais 70% dos participantes afirmaram fazer parte de um sistema social desigual e 78% alegaram fazer parte de um sistema que nega a eles oportunidades que propiciariam melhores condições sociais. Ainda, em relação à condição econômica 85% dos estudantes disseram que se sua família não fosse pobre, estes teriam melhores oportunidades de ascensão social e 83% destacaram que a situação de pobreza influencia no desenvolvimento social do aluno. No que tange à condição cultural 61% dos estudantes disseram que a sociedade da qual fazem parte não compreende tão pouco aceita as diferenças relacionadas à diversidade cultural e 53% afirmaram que já foram ou se sentiram excluídos devido suas características de diversidade cultural. A partir das análises feitas no estudo, conclui-se que a educação é o fator gerador de esperança para alunos de Macapá que acreditam 98% na educação como caminho a ser trilhado para mudar ou melhorar a sua condição social e de sua família. Assim como 96% deles acreditam que através da educação podem mudar ou melhorar sua condição econômica e da família. Bem como, 87% indicaram que o sistema educacional pode contribuir para melhoria das duas condições culturais.

Palavras Chaves: Aluno. Ensino Médio. Desigualdades. Educação.

RESUMEN

Este estudio aborda las condiciones de vida de estudiantes de secundaria de tres escuelas públicas de Macapá, aportando un enfoque analítico discursivo. Su objetivo general fue determinar la condición de vida de los estudiantes de secundaria de las escuelas públicas del estado de Macapá. Y como objetivos específicos: identificar las condiciones sociales de los estudiantes de secundaria de escuelas públicas en escuelas públicas de Macapá; identificar las condiciones económicas de los estudiantes de las escuelas públicas estatales de Macapá; identificar las condiciones culturales de los estudiantes de secundaria de las escuelas públicas estatales de Macapá. Basado en la conjetura de que las condiciones sociales, económicas y culturales pueden representar factores condicionantes para la efectividad de una educación de calidad y el desarrollo del sistema educativo, ya que tales condiciones han sido señaladas en otros estudios dentro del tema como elementos que ejercen influencia en la escuela. desempeño por parte de los alumnos. En cuanto al diseño metodológico de la investigación, se aplicó una investigación cuantitativa, descriptiva con la adopción del método estadístico. La investigación no es experimental, ya que se realizó sin manipular las variables y la observación se realizó de forma natural sin que existiera ningún tipo de interferencia. Las técnicas adoptadas corresponden a una entrevista estructurada con un cuestionario como instrumento de recolección de datos. El sitio de investigación correspondió a las escuelas estatales Lucimar del Castillo, Sebastiana Lenir de Almeida y la escuela Tiradentes, ubicadas en el municipio de Macapá, capital del estado de Amapá. La población muestreada estuvo constituida por 286 estudiantes de un universo total de 1005 estudiantes de secundaria matriculados en las escuelas. Los datos analizados en la investigación correspondieron a un cuadro de variables que tiene tres dimensiones, las cuales se refieren a: 1) condición social; 2) condición económica; y 3) condición cultural. Los resultados, por lo tanto, demuestran que en cuanto a las desigualdades sociales, el 70% de los participantes afirmó ser parte de un sistema social desigual y el 78% afirmó ser parte de un sistema que les niega oportunidades que les brindarían mejores condiciones sociales. Aún así, en relación a la condición económica, el 85% de los estudiantes manifestaron que si su familia no fuera pobre tendrían mejores oportunidades de ascenso social y el 83% resaltó que la situación de pobreza influye en el desarrollo social del estudiante. En cuanto a la condición cultural, el 61% de los estudiantes manifestaron que la sociedad de la que forman parte no comprende ni acepta las diferencias relacionadas con la diversidad cultural y el 53% manifestó que ya han sido o se sienten excluidos por sus características de diversidad cultural. . De los análisis realizados en el estudio se concluye que la educación es el factor que genera esperanza en los estudiantes de Macapá quienes creen en un 98% en la educación como un camino a seguir para cambiar o mejorar su condición social y la de su familia. Así como el 96% de ellos cree que a través de la educación pueden cambiar o mejorar su condición económica y familiar. Así como, el 87% indicó que el sistema educativo puede contribuir al mejoramiento de ambas condiciones culturales. **Palabras clave:** Estudiante. Escuela secundaria. Desigualdades. Educación.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Escolaridade dos entrevistados.....	65
Gráfico 2	Número total de pessoas residentes em sua casa?.....	66
Gráfico 3	Você diria que sua família possui boas condições sociais?.....	66
Gráfico 4	Você diria que sua família possui boas condições de habitação?	66
Gráfico 5	Em seu domicílio as condições de saneamento básico são boas?.....	67
Gráfico 6	Você acha que faz parte de um sistema social desigual?.....	67
Gráfico 7	Em se tratando da desigualdade social você considera que esse sistema nega a você as oportunidades que necessita para melhorar suas condições sociais?.....	67
Gráfico 8	Você considera que a educação que recebe na escola pública é desigual se comparada ao sistema privado de ensino?.....	68
Gráfico 9	Em sua opinião a desigualdade social pode comprometer sua qualificação profissional e futura inserção no mercado de trabalho?.....	68
Gráfico 10	Você compreende o que é situação de vulnerabilidade social?.....	69
Gráfico 11	Você e/ou sua família vivem em situação de vulnerabilidade?.....	69
Gráfico 12	Você tem conhecimento se na sua escola existem alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social?.....	69
Gráfico 13	Em sua opinião, a situação de vulnerabilidade social pode comprometer o desempenho escolar do aluno?.....	69
Gráfico 14	Em seu ambiente familiar ocorre alguma situação de violência física e/ou psicológica?.....	70
Gráfico 15	Em seu ambiente familiar ocorre ou já ocorreu algum problema relacionado ao uso de drogas ilícitas por algum membro da família?.....	70
Gráfico 16	Em seu ambiente familiar ocorre ou já ocorreu algum problema de saúde grave com algum membro da família?.....	71
Gráfico 17	Você considera que situações negativas ou de adversidades ocorridas no ambiente familiar pode comprometer o desenvolvimento educacional do aluno?.....	71
Gráfico 18	Você considera que através da educação você pode mudar ou melhorar a sua condição social e de sua família?.....	71
Gráfico 19	Qual é a média de renda da sua família?.....	73
Gráfico 20	Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?.....	74
Gráfico 21	Você contribui com a renda familiar?.....	74
Gráfico 22	Você considera que a renda de sua família é suficiente para atender as necessidades que você possui?.....	74
Gráfico 23	Você considera que economicamente em termos de renda a sua família é pobre?.....	74

Gráfico 24	Em sua opinião considera que se sua família não fosse pobre você teria melhores oportunidades de ascensão social?.....	75
Gráfico 25	Você considera que a situação de pobreza compromete o desenvolvimento social de um aluno?.....	75
Gráfico 26	Você trabalha ou executa alguma atividade com remuneração?....	76
Gráfico 27	Você considera que está qualificado para o mercado de trabalho?	76
Gráfico 28	Em sua opinião o sistema educacional como um todo ofereceu a você todas as condições para o seu pleno desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho?.....	77
Gráfico 29	Você considera que através da educação você pode mudar ou melhorar a sua condição econômica e de sua família?.....	77
Gráfico 30	Sobre sua característica étnica como você se declara?.....	79
Gráfico 31	Em relação a sua etnia considera que teve todos os seus direitos sociais garantidos?.....	80
Gráfico 32	Você se sente ou alguma vez já se sentiu prejudicado nas suas relações sociais por conta de sua característica étnica?.....	80
Gráfico 33	Você tem conhecimento de políticas públicas desenvolvidas em seu país que gere benefícios por conta das características étnicas de grupos sociais?.....	80
Gráfico 34	Você já acessou alguma política pública exclusiva para as pessoas do seu grupo étnico?.....	80
Gráfico 35	Em relação a crença que você exerce, de alguma forma já se sentiu prejudicado por conta de suas práticas e hábitos?.....	82
Gráfico 36	Sobre sua crença você considera que ela é importante para o desenvolvimento de seus valores e isso lhe ajuda a exercer melhor sua cidadania?.....	82
Gráfico 37	Nas suas relações sociais você considera que suas crenças/convicções e hábitos religiosos são compreendidos por todos?.....	82
Gráfico 38	Em sua opinião a sociedade na qual você está inserido compreende e aceita as diferenças relacionadas à diversidade cultural?.....	83
Gráfico 39	Você já foi ou se sentiu excluído por conta de características de diversidade cultural (modo de vestir, comer, falar, hábitos específicos).....	83
Gráfico 40	Você considera que no seu convívio social existe preconceito ou discriminação relacionados a diversidade cultural das pessoas?.....	83
Gráfico 41	Você ou algum membro de sua família já sofreu algum preconceito ou discriminação devido as suas características culturais?.....	84
Gráfico 42	Em sua opinião as questões referentes à diversidade cultural do estudante podem afetar seu desenvolvimento educacional?.....	84
Gráfico 43	Você considera que o sistema educacional pode contribuir para melhoria das suas condições culturais?.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Diferença entre Etnia e Raça.....	47
Quadro 2 Operacionalização da variável.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Condições do ambiente familiar dos entrevistados.....	70
Tabela 2	Situação da renda familiar.....	72
Tabela 3	Em se tratando da situação de pobreza você diria que sua família apresenta quais condições?.....	74
Tabela 4	Qualificação do estudante para o mercado de trabalho.....	76
Tabela 5	Característica cultural que a família do estudante pode possuir...	78
Tabela 6	Condições culturais do estudante.....	78
Tabela 7	Sobre o acesso à cultura na sua realidade.....	78
Tabela 8	Que tipo de crença ou doutrina religiosa você exerce?.....	81

LISTAS DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEPP	Empreendedores Primeiros Passos
PNE	Plano Nacional da Educação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: MARCO INTRODUTÓRIO	18
1.1 Tema	18
1.2 Título	18
1.3 Planejamento do Problema	18
1.3.1 Formulação do Problema	19
1.3.2 Perguntas Específicas	19
1.4 Objetivos da Investigação	19
1.4.1 Objetivo Geral	19
1.4.2 Objetivos Específicos	20
1.5 Justificativa de Investigação	20
CAPÍTULO II: MARCO REFERENCIAL	22
2.1 Principais Termos	22
2.1.1 Condição de vida	22
2.1.2 Condição social	22
2.1.3 Condição econômica	22
2.1.4 Condição cultural	23
2.2 Antecedentes da investigação	23
2.3 Base Teórica	24
2.3.1 Condição social	24
2.3.1.1 Desigualdade Social	26
2.3.1.2 Vulnerabilidade Social	31
2.3.1.3 Ambiente Familiar	33
2.3.2 Condição econômica	35
2.3.2.1 Renda	36
2.3.2.2 Pobreza	38
2.3.2.3 Trabalho	42
2.3.3 Condição cultural	45
2.3.3.1 Etnias	46
2.3.3.2 Crenças	51
2.3.3.3 Diversidade cultural	53

CAPÍTULO III: MARCO METODOLÓGICO.....	59
3.1 Principais características metodológicas	59
3.1.1 Enfoque da pesquisa.....	59
3.1.2 Nível de pesquisa.....	59
3.1.3 Desenho de investigação	59
3.1.4 População, amostra e amostragem	60
3.1.5 População	60
3.1.6 Amostra.....	61
3.1.7 Amostragem.....	61
3.1.8 Operacionalização da Variável.....	62
3.1.9 Técnicas, instrumentos e procedimentos para coleta de dados.....	62
3.1.10 Instrumento de coleta de dados	63
3.1.11 Procedimento de coleta de dados.....	63
3.1.12 Procedimentos para análise dos dados.....	63
3.1.13 Procedimentos para a apresentação, interpretação e discussão de dados ...	64
CAPÍTULO IV - MARCO ANALÍTICO	65
4.1 1ª Dimensão: condição social.....	66
4.2 2ª Dimensão: condição econômica	72
4.3 3ª Dimensão: condição cultural	77
CAPITULO V - CONCLUSÃO	85
5.1 Conclusão geral	85
5.2 Recomendações.....	866
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO.....	98

INTRODUÇÃO

Discutir sobre a temática que envolve a compreensão dos conceitos que definem condição social, econômica e cultural é um desafio, pois seu entendimento é complexo e só pode ser feito mediante o conhecimento das diversas variáveis e fatores que a integram. As dimensões que configuram a identificação das condições social, econômica e cultural de grupos distintos passam pela análise acurada dos elementos identitários que moldam a organização de cada sociedade. E é claro que a caracterização de uma sociedade também contempla o entendimento dos aspectos que resultam ou são resultados das suas conjunturas social, econômica e cultural.

A condição social é um termo que admite a análise múltipla de fenômenos sociais como desigualdade, vulnerabilidade social e do ambiente familiar entre outros. Por sua vez, a condição econômica representa uma série de fatores que compreende informações de cunho econômico de uma população ou grupo social dentre os vários elementos. Dentre os quais tem-se renda, pobreza e trabalho. Já a condição cultural pode ser entendida como a representação das características culturais determinantes de uma população ou grupo social, por exemplo, características como etnia, crença e diversidade cultural entre outras. (IBGE, 2017; IBGE, 2018; UNESCO, 2001; 2009).

No Brasil as diferenças sociais são latentes e entre classes e grupos sociais as desigualdades são visivelmente discrepantes e possuem múltiplas faces. Uma dessas se revela dentro das condições do sistema educacional vigente (IAMAMOTO, 2013). As desigualdades educacionais representam grave problema da sociedade brasileira e estão associadas à estruturas socioeconômicas do país, que traz a pobreza como sua expressão mais nítida (GARCIA; HILLESHEIM, 2017). Nesse sentido a educação é posta como instrumento indispensável à superação das condições de pobreza e que ao serem negadas aos indivíduos iguais oportunidades educacionais, o sistema fracassa no cumprimento de direitos humanos fundamentais, como uma educação emancipadora e de superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Considerando o Art. XXII da Declaração Mundial dos Direitos Humanos todos os indivíduos devem ter seus direitos sociais, econômicos e culturais assegurados pelo Estado, ou seja, deve ser proporcionado a todo cidadão às condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 dispõe em seu Art. 6 o direito social como sendo o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao

transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados.

Para o direito econômico o Art.170 da Constituição de 1988 dos princípios gerais para as atividades econômicas promulga um regime econômico pautado na valorização do trabalho e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados dois princípios importantes: VII – redução das desigualdades regionais e sociais; e VIII – busca do pleno emprego (BRASIL, 1988).

Relativo ao direito cultural a norma Constitucional de 1988 no Art. 215 estabelece que é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, assim como apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Na premissa do direito cultural destacam-se duas diretrizes: IV – democratização do acesso aos bens culturais; e V – valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988).

A educação nesse contexto possui relação direta com a seguridade desses direitos social, econômico e cultural que todo ser humano deve ter, por isso a própria Constituição Brasileira o coloca à frente quando descreve o que são direitos sociais.

Em vista do atendimento desses direitos o Brasil estabeleceu no Plano Nacional da Educação (PNE) com validade de 2014 a 2024 metas e estratégias necessárias para enfrentar o grande desafio que é a melhora no quadro da educação brasileira de modo a oferecer ao cidadão, oportunidades de melhoria das suas condições sociais, econômicas e culturais. (BRASIL, 2014).

Tais medidas podem ser vislumbradas nos seguintes itens do PNE: III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. (INEP, 2015). Podemos interpretar que todas as formas de discriminação incluem a discriminação em relação às características social, econômica e cultural da pessoa. V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade (INEP, 2015). Podemos compreender qualificação como a preparação adequada para o mercado de trabalho com foco na redução das desigualdades de renda e oportunidades igualitárias de trabalho. Isso também inclui aspectos social, econômico e cultural. X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (INEP, 2015).

Pode-se entender essa diretriz como atendimento dos direitos universais na perspectiva social, econômico e cultural.

Esclarecido os principais conceitos tratados nesta dissertação apresenta-se a estrutura na qual está dividido o trabalho. O Capítulo I compõe uma descritiva dos aspectos introdutórios do trabalho como problema de pesquisa, perguntas de investigação, objetivos e justificativa da pesquisa. Em seguida no Capítulo II compreende as bases teóricas com os principais conceitos para sustentação do tema discutido na pesquisa. Por sua vez, o Capítulo III, elenca o procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento do estudo. No Capítulo IV é feita a apresentação do marco analítico trazendo os resultados da pesquisa. Em fechamento o Capítulo V inclui a conclusão da pesquisa e faz pontuações das principais observações a partir do resultado com pontuações e recomendações do autor.

CAPÍTULO I: MARCO INTRODUTÓRIO

Notoriamente, a condição de vida de uma população ou grupo de indivíduos tem relação direta com aspectos sociais, econômicos e culturais de uma sociedade e nesse campo de discussão a educação passa a ser um indicador que atravessa as três vertentes e é intrínsecas as suas questões. A sua transversalidade gera complexidade para análise conjunta de todos os fatores que compõem esses elementos, como na condição social, a desigualdade, a vulnerabilidade e outros; na condição econômica, a renda, pobreza e trabalho; e na condição cultural, etnias, crenças e diversidade cultural.

Em suma, centramos nossa análise na educação que se consolida no bojo desse pilar estrutural que discute as reais disparidades das condições sociais, econômicas e culturais dos alunos da rede pública de ensino brasileira, especificadamente a do estado do Amapá, com foco nos impactos oriundos de uma dinâmica que é excludente, antagônica e desigual.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta o tema, título, planejamento e formulação do problema, as perguntas específicas, os objetivos gerais e específicos, e a justificativa de pesquisa.

1.1 Tema

Condição de vida dos alunos da rede pública de ensino estadual de Macapá-Amapá, desde sua própria perspectiva.

1.2 Título

Condição de vida dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá: Lucimar del Castillo, Sebastiana Lenir de Almeida e Tiradentes, desde sua própria perspectiva.

1.3 Planejamento do Problema

Segundo Gil (2006; 2008) toda pesquisa se inicia pelo problema ou por indagações. O problema pode ser definido como uma questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer área de conhecimento. Nesse sentido definiu-se

problema e perguntas norteadoras que irão assinalar o desenvolvimento deste trabalho científico.

1.3.1 Formulação do Problema

Qual é a condição de vida dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá, desde sua própria perspectiva?

1.3.2 Perguntas Específicas

- a) Qual a condição social dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá?
- b) Qual a condição econômica dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá?
- c) Qual a condição cultural dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá?

1.4 Objetivos da Investigação

De acordo com Gil (2006; 2008) os objetivos de uma investigação na pesquisa científica pautam-se na meta estabelecida e nas ações que serão executadas para a resolução de um problema de pesquisa que irá culminar na produção/geração de conhecimento científico. Desse modo o objetivo geral e específicos traçados para este trabalho de pesquisa são descritos a seguir.

1.4.1 Objetivo Geral

Determinar a condição de vida dos alunos do ensino médio das escolas da rede pública estadual de ensino de Macapá, desde sua própria perspectiva.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as condições sociais dos alunos do ensino médio da rede pública de ensino das escolas estaduais de Macapá;

- Identificar as condições econômicas dos alunos das escolas públicas estaduais de Macapá;
- Identificar as condições culturais dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá.

1.5 Justificativa de Investigação

Devido às diferenças socioeconômicas e culturais existentes no Brasil, em especial na região Norte do país é importante que se desenvolvam pesquisa que quantifiquem tais disparidades existentes nos discentes das escolas públicas estaduais de Macapá (Lucimar del Castillo, Sebastiana Lenir de Almeida e Tiradentes) de modo a criar indicativos para estudos avaliativos a respeito das influências desses indicadores sobre o desenvolvimento da educação e quais as consequências destes cenários para o processo de aprendizagem dos discentes da rede pública de ensino. Vale ressaltar que a pesquisa configura contrastar a teoria com a prática.

A relevância de um estudo dessa natureza pauta-se em experiências de estudos realizados em outras escolas do país onde se comprovou a existência de condicionantes/fatores socioeconômicos e educacionais que exerciam influência entre si, e nem sempre tais influências eram positivas e nos casos da identificação dos aspectos negativos, foi possível adotar uma série de medidas e estratégias a serem implementadas no sistema educacional que pudessem mitigar ou eliminar tais adversidades.

Esta pesquisa beneficiará porque o resultado permitirá contribuir para introduzir melhorias de uma pesquisa fundamentada nessa problemática nas escolas públicas de Macapá, de modo que se possa contribuir com a melhoria do sistema educacional público do estado do Amapá, pois este estudo poderá se tornar balizador para adoção de novas estratégias, programas, projetos ou políticas públicas governamentais que tenham como objetivo o desenvolvimento qualitativo da educação.

Os dados obtidos com essa pesquisa poderão servir de base teórica para os gestores escolares, professores e o poder público, na perspectiva de que possam ampliar seus conceitos acerca das disparidades sociais, econômicas, culturais e de aprendizagem vivenciadas pelos alunos das escolas públicas de Macapá.

A pesquisa possibilita a busca por metodologias que possam ser adaptadas às características particulares do universo de alunos objeto desse estudo, partindo do pressuposto de que as realidades socioeconômicas de parte desse público, interfira em seu desempenho escolar, pois os alunos que se encontram em condições sociais, econômicas e culturais precárias ou vulneráveis, conseqüentemente não conseguem render o mesmo que os outros alunos que não fazem parte desse cenário.

Portanto, a pesquisa permitirá contribuir na construção de projetos de soluções por metodologias alternativas que seria uma forma de nivelar a cobrança sobre esses discentes, e criar sistemas educacionais que pudessem envolvê-los de forma mais efetiva, inclusiva e socialmente justa. Os trabalhos que analisam condições social, educacional, econômico, cultural e etc., geralmente o fazem de forma isolada, sem trazer todos esses elementos no mesmo estudo.

CAPÍTULO II: MARCO REFERENCIAL

O segundo capítulo desta pesquisa apresenta a base teórica que embasa a discussão do trabalho. Também traz esclarecimentos sobre o significado semântico dos principais termos e dos conceitos adotados no estudo.

2.1 Principais Termos

A apresentação dos termos a serem utilizados na pesquisa tem por finalidade esclarecer e informar quais serão os principais conceitos empregados para os vocábulos e expressões a serem adotados neste estudo. Tais definições são cruciais para que não haja dúvida quanto ao real sentido dos termos selecionados e assim, seja garantida a compreensão precisa do conteúdo que será abordado por essa pesquisa que se refere às condições sociais, econômicas e culturais de alunos das redes públicas de ensino no estado do Amapá.

2.1.1 Condição de vida

Para o Dicionário de Oxford Linguagens condição de vida é ... “o conjunto de circunstâncias que determinam o estado de uma pessoa ou uma coisa”. De acordo com RAE é “... estado ou situação em que se encontra alguém ou algo”.

2.1.2 Condição social

A condição social é um termo que admite a análise múltipla de fenômenos sociais a depender do fator social que se pretende estudar. Nesta pesquisa as condições sociais a serem exploradas são as relacionadas à desigualdade, vulnerabilidade social e do ambiente familiar. Desse modo, cabe a interpretação de condição social como sendo os aspectos que compõem um conjunto de indicadores sociais que configuram o perfil das condições de vida de uma população ou de determinado grupo social (IBGE, 2017; 2018).

2.1.3 Condição econômica

A condição econômica representa uma série de fatores que compreende informações de cunho econômico de uma população ou grupo social. Nesta pesquisa serão analisados elementos como renda, pobreza e trabalho. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018) compreender as condições econômicas de uma população permite identificar não somente sua dinâmica como também suas carências e potencialidades. Assim, é possível buscar melhorias para uma conjuntura socioeconômica, levando-se em consideração a força de trabalho, a qualificação de mão de obra e as políticas de rendimento.

2.1.4 Condição cultural

Para Geertz (2008) cultura é um conceito que se relaciona com comportamento humano. A Organização Mundial das Nações Unidas (UNESCO) define cultura como um conjunto dos traços distintivos, espirituais, materiais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Engloba, além disso, as artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, crenças, etnia e tradições (UNESCO, 2009, p.18). Nesse sentido condição cultural pode ser entendida como a representação das características culturais determinantes de uma população ou grupo social. Nesta pesquisa serão analisadas as condições culturais relacionadas às etnias, às crenças e à diversidade cultural.

2.2 Antecedentes da investigação

Em Macapá na Escola Estadual Lucimar del Castillo, Escola Sebastiana Lenir de Almeida e Escola Estadual Tiradentes não houve pesquisa acerca do tema. No entanto, em âmbito nacional, encontra-se investigação sobre a condição social, econômica e cultural de alunos. Esta pesquisa tem o seu alicerce em várias indagações a respeito da temática em foco e em publicações teóricas, as quais abordam tal questão, cuja essência traz uma realidade que envolve às escolas brasileiras. Dentre estas publicações podem se destacar os autores abaixo.

Sobre essa temática, Pinto (2015) pesquisou a condição socioeconômica e cultural no desempenho dos estudantes do ensino médio das escolas públicas. O objetivo deste estudo foi verificar as condições socioeconômica e cultural na aprendizagem dos alunos. Foram pesquisados, através de entrevistas, 130 alunos do

ensino médio. Os resultados indicam que os alunos oriundos de famílias pobres apresentam um índice abaixo da média de conhecimento; os de origem de família rica que participam de eventos culturais obtiveram um resultado acima da média.

Gomes e Pereira (2005) pesquisaram a condição socioeconômica e cultural em relação à aprendizagem. Este estudo teve como objetivo apontar a vulnerabilidade da família pobre que desassistida pelas políticas públicas, se vê impossibilitada de oferecer uma educação que contemple condições socioeconômicas e culturais básicas aos seus membros. Foram pesquisados 140 alunos. Trata-se de um estudo de campo, exploratório, fundamentado na Teoria das Representações Sociais. O instrumento utilizado na coleta de dados foi a entrevista. Os resultados mostraram que os alunos apresentaram sentimentos ambivalentes: agregador/desagregador, associados à família. Tais sentimentos são provenientes da pobreza; da condição socioeconômica e cultural que se encontram as famílias.

Brooke e Soares (2008), neste contexto, pesquisaram também o Relatório de Coleman que consiste num estudo elaborado pelo governo americano no qual analisou-se fatores como condição socioeconômica dos discentes, as condições físicas das escolas e algumas características do corpo docente das instituições estudadas, e dentre os fatores analisados a questão socioeconômica foi a que apresentou maior peso no desempenho escolar dos alunos.

2.3 Base Teórica

A base teórica compreende a apresentação de textos dissertativos produzidos a partir da revisão de trabalhos científicos (livros, revistas, periódicos, jornais, artigos etc.) que embasará a partir da ideia de outros autores todo o conteúdo a ser desenvolvido nesta pesquisa.

2.3.1 Condição social

A dinâmica dos processos sociais está em permanente mudança por isso é importante verificar as discrepâncias existentes entre os grupos sociais. No Brasil as diferenças sociais são latentes e são fomentadas por um modelo de política neoliberal que cria disparidades visíveis entre classes e grupos sociais que alargam as distâncias

entre ricos e pobres ampliando as desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2013). Em se tratando dos aspectos sociais a autora relata:

A questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas. (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Para a autora a questão social engloba múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas diversas relações e interações sociais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Nesse sentido, podemos compreender a educação como uma condição social que possui um papel central no âmbito da consolidação dos direitos sociais, da cidadania e da proteção social, capaz de reduzir as desigualdades sociais regionais e locais do Brasil.

Sobre os desequilíbrios sociais existentes no Brasil, Garcia e Hillesheim (2017, p. 131) descrevem que: “As desigualdades educacionais constituem grave problema na sociedade brasileira e estão relacionadas à estrutura socioeconômica do país, sendo a pobreza sua expressão mais explícita”. Os autores defendem a educação como instrumento fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais ratificando que: “À medida que a educação é vislumbrada como meio para a superação das condições de pobreza, sua articulação com outras políticas sociais, como saúde, assistência social, moradia, trabalho e emprego etc., é reforçada”. (GARCIA; HILLESHEIM, 2017, p. 135).

Referindo-se às condições da educação, Araújo (2014, p.125) discorre que as oportunidades educacionais, no Brasil, não são iguais para todos os grupos sociais e étnico-raciais. Ainda, o autor ressalta que no Brasil, a educação que se pensa democrática ainda não oferece oportunidades iguais para todos os brasileiros. Os indicadores sociais revelam o grande fracasso que é o ensino público, hoje, no país. (ARAÚJO, 2014, p.131).

Dentre as dimensões analíticas analisadas, neste estudo, existem alguns indicadores a serem levantados na pesquisa que compõem as questões chaves elaboradas no instrumento de coleta de dados e que por isso demandam uma explicação básica dos critérios que os definem e classificam. Desse modo tem-se:

- a) Indicadores de condições sociais: considera-se neste indicador aspectos relacionados 08 (oito) elementos fundamentais acessados ou característicos

do perfil da família, sendo estes, a alimentação adequada, saúde, renda, moradia, educação, trabalho, segurança, e saneamento básico. Desse modo classifica-se como condição social Boa as famílias com acesso adequado a demanda familiar de no mínimo 06 (seis) dos oito itens descritos;

- b) Indicadores de condições de habitação: este indicador relaciona-se à existência de 06 (seis) elementos relacionados à moradia e seu entorno que são, terreno em área segura (não alagada), salubridade do ambiente, segurança do ambiente, material da casa (madeira/alvenaria), quantidade de cômodos da casa, ocorrência de impactos de vizinhança (poluição sonora e ambiental). Classifica-se como condição de habitação Boa, as famílias com características positivas/adequadas para no mínimo 04 (quatro) dos seis aspectos descritos;
- c) Indicadores de condições de saneamento: para análise deste indicador levar-se-á em consideração o acesso pela família a pelo menos 05 (cinco) elementos fundamentais do saneamento básico no Brasil que são, água potável, tratamento de esgoto, tratamento de resíduos, energia elétrica e drenagem urbana. Pode ser considerada a condição de saneamento Boa as famílias que tiverem acesso a no mínimo 04 (quatro) dentre os cinco elementos descritos.
- d) Indicadores de condições do ambiente familiar: Considera-se a ambiente familiar, o espaço de convívio, as interações e relações dos membros da família. Para o qual se estabelece a seguinte classificação;
Ambiente familiar conflituoso – caracteriza-se pela ocorrência de discussões, desentendimentos, exclusão, preconceito, comportamentos agressivos entre os membros do grupo familiar.

Ambiente familiar violento – caracteriza-se pela ocorrência frequente no âmbito familiar de agressões físicas e/ou psicológicas, relacionamentos abusivos, maus tratos, ameaças a dignidade humana sofrida e/ou exercida por um ou mais membros da família.

Ambiente familiar com boas condições – caracteriza-se pela existência de relações familiares saudáveis, onde são respeitadas as necessidades individuais de cada membro da família.

Ambiente familiar com condições excelentes – caracteriza-se pela existência de relações familiares saudáveis, igualitárias, sem ocorrência de nenhum tipo de violência, onde os direitos e deveres são equivalentes entre os indivíduos e a garantia ao atendimento das necessidades individuais de todos são igualmente atendidas.

2.3.1.1 Desigualdade Social

O conceito de desigualdade social em sua essência centraliza-se na ideia da hierarquização, classificação, divisão de grupos sociais que apresentam diferenças distintas e que criam relações de poder. Nesse sentido, Salgado (2010) define desigualdade como sendo:

A desigualdade social é todo aquele processo e situação de diferenciação social e/ou econômica. Em termos sociológicos, diz-se que a desigualdade é social na medida em que essa diferenciação é produto da interação entre sujeitos sociais; nesse sentido, tanto o acesso diferenciado às oportunidades como à riqueza econômica se realiza dentro de um sistema de relações de sentido e poder que geram distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão, tanto no nível individual como no nível coletivo, inclusive, tal diferenciação pode dar-se entre regiões (SALGADO, 2010, p.1).

Na premissa da desigualdade como disparidades entre grupos sociais Oliveira e Neves (2016) a compreendem como um produto da exploração econômica caracterizada pela má distribuição da riqueza e renda, alimentada pelo sistema capitalista. Os autores enfatizam que a desigualdade social é:

[...] originária de fatores conjunturais de ordem política, econômica e ética que afetam o meio social, gerando acentuado desequilíbrio nas condições de vida de indivíduos de uma sociedade. Com forte reflexo no ambiente social, a desigualdade atinge principalmente as camadas sociais de baixa renda, constituídas, de maneira geral, por indivíduos de fácil manipulação e envolvimento para o cometimento de atos e condutas indevidas e ilícitas. Essas questões tornam-se problemáticas quando atingem o meio familiar sem condições econômicas, emocionais e afetivas para amparar e orientar familiares, jovens e, notadamente, crianças. (OLIVEIRA; NEVES, 2016, p.1338-1339).

Em tratando-se da realidade do Brasil, Oliveira (2015) enfatiza que no país a desigualdade social existe desde seu surgimento presente nas dimensões política, econômica, social, racial, regional e cultural, evidente ao longo da história da sociedade brasileira.

Estudos realizados pelo IBGE (2018) atestam que a desigualdade social no Brasil afeta uma parcela considerável da população, em especial as da região Norte e Nordeste do país que se destacam com os piores indicadores de desenvolvimento humano e do acesso a serviços básicos como educação, saúde, habitação, trabalho e renda.

Em destaque, a situação de habitação, por exemplo, termo que corresponde a um conjunto de características do domicílio, tais como característica da construção, infraestrutura de abastecimento de água, energia, esgoto e destinação do resíduo,

urbanização, vizinhança, posses de bens duráveis e condição de ocupação (IBGE, 2015). Nesse sentido, condição de habitação diz respeito à situação apresentada pelo domicílio, o qual devem possuir as características básicas acima descritas na residência para o atendimento das necessidades indispensáveis à garantia da qualidade de vida do indivíduo.

O Brasil, por exemplo, apresenta problemas de habitação decorrentes de um processo de urbanização complexo e segregado que perdura desde o início do século XX. A demanda por habitação só aumenta diante das desigualdades sociais e econômicas que se figuram no país. (GOMES, 2013). Habitação é um direito que todo cidadão possui assegurado pelos direitos humanos universais, conforme promulgado no Art.25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

“Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, [...]” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, - grifos nossos).

Ainda, a Carta Mundial pelo Direito À Cidade promulgada no Brasil em 2005 em seu Art. 15 do direito à moradia estabelece que nas cidades, a habitação deve ser garantida a todos os grupos vulneráveis, sendo esta priorizada nas leis, políticas e programas habitacionais.

Já a respeito do saneamento, segundo o Instituto Trata Brasil (2012) este apresenta-se como um conjunto de medidas com finalidade de preservar ou modificar as condições do meio ambiente com objetivo de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

A Lei nº 11.445 de 2007 que estabelece o saneamento básico no Brasil, o define como sendo o conjunto dos serviços de infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgoto sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e águas pluviais (BRASIL, 2007). Desse modo, a condição de saneamento refere-se à realidade quanto à existência e qualidade na oferta e acesso a esse tipo de serviço pela população.

De acordo com Pero e Szerman (2008) no Brasil 69% da desigualdade seja por questões de habitação, saneamento, educação etc., existente no país ocorre por

conta da desigualdade de oportunidades a qual é submetida à população pobre. Os autores também evidenciam que:

Uma fonte potencial de desigualdade é a transmissão intergeracional de renda: se filhos de pais ricos tendem a ser igualmente ricos e, simetricamente, filhos de pais pobres tendem a ser pobres, então pode-se dizer que a desigualdade é transmitida através das gerações. Em outras palavras, o grau de persistência de status econômico entre gerações é diretamente relacionado com o grau de persistência da desigualdade ao longo do tempo. (PERO; SZERMAN, 2008, p.1).

A respeito dessa prerrogativa, Pieczarka (2009, p.12) ratifica que: “A desigualdade de oportunidades se deve a fatores históricos e hereditários. Ou seja, a pessoa que nasceu em uma família rica tende a ter oportunidades e possibilidades sociais mais amplas da que nasceu em uma família pobre”.

Com referência à desigualdade de oportunidade no contexto educacional, a partir do século XX, o Brasil adotou uma política de universalização da educação. No entanto, na prática, isso não representou igualdade de oportunidade para todos os brasileiros, pois a qualidade do ensino não foi atingida com eficiência. Ao contrário, essa ação massificou o sistema e criou uma dualidade entre o ensino público e privado que continua negligenciando a igualdade de oportunidade para a população pobre. (LUNA; KLEIN, 2009). Sobre essa condição de desigualdade os autores corroboram que:

[...] a universalização não significou igualdade de oportunidades, uma vez que a massificação do ensino primário e secundário se deu em detrimento da qualidade. Isso criou um sistema dual no qual os pobres vão para escolas primárias e secundárias públicas e os ricos mandam seus filhos para escolas primárias e secundárias particulares de boa qualidade. Os alunos provenientes das melhores escolas particulares, por sua vez, conseguem, via vestibulares concorridos, uma parcela desproporcional das vagas disponíveis nas universidades públicas — as melhores do país. Já a maioria dos alunos provenientes das escolas públicas não obtém uma educação de qualidade suficiente para ingressar nas universidades públicas via vestibular e se veem obrigados a pagar por uma educação universitária de qualidade inferior nas precariamente organizadas faculdades particulares. (LUNA; KLEIN, 2009, p.99).

A realidade exposta pelos autores mostra uma trajetória distinta de oportunidades entre ricos e pobres. Isso significa que o sistema político e econômico dos países com baixo nível de desenvolvimento, como o Brasil, reforça a desigualdade e mantém a concentração de renda e boas condições de vida para a minoria rica e o

sistema de educação passou a constituir a principal ferramenta de manutenção desse modelo de organização social injusta e extremamente desigual.

Nessa perspectiva Rivero (2010, p.2) menciona: “A fragmentação social no Brasil é histórica e há elementos na estrutura do mercado de trabalho que fazem da relação entre informalidade e desigualdade um processo de certa permanência”.

Os indicadores sociais do IBGE (2018) mostram que o mercado de trabalho reproduz a desigualdade. O processo histórico de formação do mercado de trabalho no Brasil foi marcado pela informalização, precariedade, baixas remunerações com níveis de condições de vida ruins para a maioria dos trabalhadores brasileiros, fruto de uma formação social e econômica que não garantiu oportunidades iguais a todos.

Os indicadores do IBGE (2018) apontam que a diferença entre a média de renda de brancos foi 74% superior a renda de pretos e pardos. Ainda, conforme informações da Agência Brasil (2019) no relatório elaborado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – (CEPAL) no ano de 2018 se verificou que a taxa de desemprego é maior para as mulheres na ordem de 10,4% contra 7,6% para os homens. Em tratando-se de remuneração 48,7% das mulheres, recebiam valores abaixo do salário mínimo, enquanto para os homens esse percentual é de 36,7%.

Os indicadores ratificam a existência de uma desigualdade no mercado de trabalho que exercem influência e possuem relação direta com outros indicadores sociais, econômicos e culturais. No que tange às desigualdades presentes na estrutura do mercado de trabalho, Rivero (2010, p.4) argumenta que:

No Brasil a educação formal tem uma influência positiva sobre a renda dos trabalhadores menos regulamentados. Embora já haja indícios de que essa influência seja menor entre os autônomos e trabalhadores sem carteira que entre os formais. As tendências parecem mostrar que a educação reduziria o efeito positivo sobre a renda na medida em que os trabalhos informais aumentam, reduzindo as esperanças nos recursos educacionais como exclusivos niveladores das desigualdades. Políticas para a promoção do ensino de qualidade e da valorização social do ensino técnico seriam possíveis. Quando o sistema educacional se expande as desigualdades entre os grupos sociais tendem a permanecer estáveis, porque os mais favorecidos aproveitam as novas posições abertas pela expansão.

Ademais a expansão do desenvolvimento do capital social e cultural para a parcela da população mais desfavorecida, o acesso ampliado ao ensino superior, igualdade de oportunidade e igualdade salarial seria uma forma de redemocratização

do acesso ao mercado de trabalho, pois este processo no Brasil sempre foi desigual (RIVERO, 2010).

Para o cenário da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, a melhora da qualidade da força de trabalho, disponível no Brasil, acompanhou o crescimento da escolaridade da população brasileira concretamente. Porém a escassez relativa de perfis específicos de trabalhadores em alguns setores produtivos, mostra que existem problemas de desequilíbrio entre a força de trabalho demandada pelo mercado e a formação profissional atual do sistema educacional que não é capaz de atender a tais necessidades (DIEESE, 2011).

2.3.1.2 Vulnerabilidade Social

De acordo com Oliveira e Neves (2016) a compreensão da questão da vulnerabilidade social requer uma interpretação analítica das condições sociais das camadas de baixa renda, que vivem ou sobrevivem em situações precárias. A vulnerabilidade social é resultado da desigualdade social originária de fatores conjunturais de ordem política, econômica e ética que afetam o meio social, gerando acentuado desequilíbrio nas condições de vida de indivíduos de uma sociedade (OLIVEIRA; NEVES, p.1338, 2016).

A vulnerabilidade social também se define como a situação na qual os recursos e habilidades de um determinado grupo são insuficientes e/ou inadequados para manejar as ofertas sociais, de modo a viabilizar a ascensão dos atores sociais a maiores níveis de bem-estar ou reduzir a probabilidade de deterioração de suas condições de vida (ABRAMOVAY, 2002).

Com uma visão diferenciada Silva (2007) amplia o conceito dizendo que a vulnerabilidade não trata somente da falta de ativos materiais como também imateriais a que um grupo social ou indivíduo está exposto a sofrer alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida.

A vulnerabilidade social pode se manifestar em dois planos: estrutural e subjetivo. No plano estrutural, pode ser dada por uma mobilidade descendente e, no plano subjetivo, pelo desenvolvimento de sentimentos de incerteza, insegurança, de não-pertencimento a determinado grupo, de fragilidade dos atores. E, os jovens, como a mídia, a sociedade e todos apregoam, são fonte de potencialidade. Isso é uma condição óbvia dada à idade, a vitalidade do jovem, mas a vulnerabilidade social tira essa potencialidade inerente aos jovens e os atira ao poço da incerteza (SILVA, 2007, p.3).

Nos países menos desenvolvidos, os estudos sobre vulnerabilidade social em sua maioria se associam à ideia de risco mediante à falta de proteção social ou acesso aos serviços públicos, à fragilidade dos vínculos familiares e sociais, ao desemprego, à precariedade das condições de trabalho, à pobreza (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013).

Em sua pesquisa, Rizzini (2010) pontua que no caso do Brasil a vulnerabilidade social reside na falta de proteção e a vincula a uma série de fatores externos tais como: a) Vulnerabilidade associada às condições precárias; b) Vulnerabilidade em relação ao contexto familiar; c) Vulnerabilidade associada à violação do direito à educação; d) Vulnerabilidade associada ao trabalho infantil; e) Vulnerabilidade associada à violação do direito à saúde; e f) Vulnerabilidade associada à exposição à violência.

A respeito da vulnerabilidade associada à educação e territorialidade, Ribeiro e Vóvio (2017) realizaram uma investigação na qual apontaram que o desempenho escolar de alunos expostos a situações de vulnerabilidade, tende a ser pior. Os estudiosos constataram que:

[...] os alunos com baixos recursos culturais familiares que estudam em escolas de entorno mais vulnerável tendem a obter desempenho pior; em contrapartida, alunos com mesmos recursos culturais, quando estudam em contextos menos vulneráveis, obtêm desempenho melhor. A situação é equivalente para alunos com maiores recursos culturais: quando estudam em contextos mais vulneráveis, tendem a apresentar desempenhos piores (RIBEIRO; VÓVIO, 2017.p.6).

Considerando a descoberta dos autores, observa-se que mesmo quando existe melhoria de algumas condições, como no exemplo, o acesso a recursos culturais, mantendo-se a situação de vulnerabilidade, os indivíduos ainda têm seu desenvolvimento comprometido.

A vulnerabilidade social está intrinsecamente ligada ao exercício dos direitos sociais, e por isso interfere de forma direta na educação, assim como no desempenho e na mobilidade social (GUINDANI; KOGA; GRENDENE, 2014).

Ao pensarmos a educação como instrumento promissor do desenvolvimento e mobilidade social positiva, fica evidente que a vulnerabilidade social é um aspecto que reduz ou inviabiliza a sua eficácia. Logo, a resolução da questão da vulnerabilidade deve ser priorizada, antes de qualquer outra medida, quando o objetivo se pautar nos princípios da igualdade e da garantia dos direitos sociais de todos os cidadãos.

2.3.1.3 Ambiente Familiar

Definição de família segundo Santana (2015) é àquela instituição que pode ser constituída por pessoas que moram no mesmo lugar, a fim de construir um lar, baseado apenas nos vínculos afetivos. Já Biasoli-Alves (2004) elucida o conceito de família como um grupo social organizado com características diversas e complexas que possui interações contínuas e que exerce influências significativas na formação e comportamento do indivíduo.

Para Oliveira et al. (2008, p.88) a noção de família tem se ampliado na medida em que procura incluir e compreender as diferentes relações entre os seus membros. Nesse sentido, Cronemberger e Teixeira (2013) explicam que na era contemporânea marcada pela modelo econômico capitalista globalizado, as estruturas e dinâmicas familiares sofreram várias mudanças, ocasionadas por uma nova ordem de organização social que foi influenciada por condicionantes sociais, econômicas e culturais que criou dicotomias e configurou índices de desigualdade social elevados nos países com baixos indicadores de desenvolvimento.

Características existentes no ambiente familiar vulnerável, como fatores vinculados a relacionamento ruim entre e com os pais, presença de membro da família que abusa e/ ou é dependente de alguma substância, violência doméstica, desorganização familiar, viver apenas com um dos pais, pouca comunicação entre familiares e falta de suporte e monitoramento familiar são expostos em diversos estudos como sendo fatores que têm relação direta com uso de drogas por adolescentes (MALBERGIER; CARDOSO; AMARAL, 2012).

O uso de drogas ilícitas na adolescência tem se tornando um grave problema familiar. Seu uso tem sido relacionado a uma série de outros problemas, tais como problemas escolares, dificuldade de aprendizagem, evasão escolar, repetência e faltas. Problemas de natureza social, como, envolvimento em atividades ilegais e relacionamentos com outros usuários, em relação às características de personalidade, as situações que surgem, são agressividade e impulsividades, intolerância a frustração e desinibição, transtornos psiquiátricos entre outros (MALBERGIER; CARDOSO; AMARAL, 2012).

Nesse contexto, Nascimento, Teodoro e Carvalho (2012) pontuam que fatores de ordem social e econômica provocam interferências no ambiente familiar. E o contexto social vivenciado pela família pode resultar em situações de violência e

privações tornando-se um aspecto circunstancial que propicia o desenvolvimento de condutas antissociais de adolescentes.

A nova realidade e mudança estrutural do ambiente familiar também têm seus reflexos no desenvolvimento educacional dos alunos. De acordo com Souza (2009) existe uma relação de influência indissociável entre família e escola. Assim, as mudanças na família além de afetar a sociedade como um todo, afetam também a educação do indivíduo refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola. Nesse sentido a autora faz a seguinte pontuação:

[...] a interação família/escola é necessária, para que ambas conheçam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho/aluno. Nesse sentido, faz-se necessário retomar algumas questões no que se refere à escola e à família tais como: suas estruturas e suas formas de relacionamentos, visto que, a relação entre ambas tem sido destacada como de extrema importância no processo educativo das crianças. (SOUZA, 2009, p.7).

Nessa premissa, estudos realizados por Paín (1985), mostrou que os pais podem influenciar a aprendizagem de seus filhos através de atitudes e valores que passam a eles. Na visão do autor há uma classificação dos pais nas seguintes categorias: pais autoritários, pais permissivos e pais democráticos. Quanto à estrutura familiar, nem todos os alunos pertencem a famílias com recursos suficientes para terem uma vida digna. Normalmente, verificam-se situações diversas: os pais estão separados e o aluno vive com um deles; o aluno é órfão; o aluno vive num lar desunido; o aluno vive com algum parente; etc. Muitas vezes, essas situações trazem obstáculos à aprendizagem, não oferecendo ao jovem um mínimo necessário ao seu sadio desenvolvimento.

Enfatizando a discussão sobre família e escola, Benato e Soares (2014) relatam sobre a responsabilidade da família quanto ao compromisso e obrigatoriedade constitucional em relação e educação de seus filhos ressaltando o Art. 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 que institui a educação como um direito de todos os brasileiros e promulga como um dever do Estado e da família assegurar-los a todos os cidadãos. Ademais o Art. 227 amplia tal responsabilidade estabelecendo que é dever da família, da sociedade e do estado garantir às crianças, aos jovens e adolescentes o direito à educação e à cultura.

Em interação o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Nº. 8.069 de 1990 também determinam parâmetros a respeito da educação como sendo

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Art. 53º A criança e o adolescente têm direito **à educação**, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico. (BRASIL, 1990).

Pode-se inferir que a educação e todo seu processo de ensino e aprendizagem envolvem obrigatoriedades do Estado, da sociedade e da família principalmente, pois o ambiente familiar é o primeiro espaço de interação de qualquer indivíduo. Logo, o meio no qual se constitui essa família e os seres sociais gerados por essa instituição, afeta concretamente a interação desse ser na construção do ambiente escolar.

Assim, um dos desafios que as escolas enfrentam para oferecer oportunidades igualitárias aos alunos é identificar as diferentes condições dos mesmos para traçar ações em atendimento as suas necessidades específicas, pois o número crescente de lares com doenças, condições de saúde comprometidas, geram dificuldade de aprendizagem por diversos aspectos de natureza social e emocional (NONOSE, 2009).

Sobre situação de doença do indivíduo, conforme Szarek (2009) aponta em seu estudo, o adoecimento gera na pessoa uma tendência em desenvolver maior dependência dos seus familiares, apego e necessidade de atenção.

Considerando tais aspectos, infere-se que um estudante, o qual, possui membro da família passando por problema de saúde, poderá ter uma parte de sua atenção voltada à necessidade de seu familiar e isso poderá afetar seu desempenho escolar. A preocupação com a situação de doença na família pode resultar em falta de concentração em sala de aula e na ausência do aluno na escola.

2.3.2 Condição econômica

A condição econômica representa os tipos de perfil econômico de um grupo social. Nesse sentido, Lúcio, Pinheiro e Nascimento (2010) os descrevem como fenômenos de natureza econômica que incluem uma diversidade de variáveis que retratam desde a situação econômica de uma população ao seu grau de desenvolvimento.

Na interpretação de Crespo e Gurovitz (2002) condição econômica pode associar-se a possibilidades em termos econômicos que uma pessoa pode ter para utilização de recursos com finalidade de consumo de bens, produtos e serviços que atendam às suas necessidades e satisfações. Diante disso os aspectos de geração e distribuição de renda possuem relação direta com os níveis de condição econômica de uma população, com a hierarquia, com a classificação e com enquadramento de grupos sociais a partir da mensuração de aspectos como renda, trabalho e pobreza.

2.3.2.1 Renda

A definição de renda estabelecida no Art. 153, item III da Constituição Federal do Brasil de 1988 descreve renda como proventos de qualquer natureza. Por sua vez, o Código Tributário Nacional do Brasil em seu Art. 43, item I, elenca renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.

Em tratando-se de renda no âmbito familiar o IBGE (2018) conceitua renda média domiciliar *per capita* sendo está a média das rendas domiciliares *per capita* de todos os indivíduos residentes de um determinado território/espaco geográfico. O valor é estabelecido pela soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividido pelo total de moradores. Ainda de acordo com IBGE a renda familiar é definida pela soma dos proventos de todos os membros da família que possuem algum tipo de remuneração.

Neste estudo o indicador de condição de renda familiar dos indivíduos que farão parte do estudo, será mensurado considerando a seguinte classificação:

- a) Indicadores de condições de renda: Considera-se a renda familiar, sendo a somatória da renda de todos os membros da família. Para critério da clarificação das condições de renda tem-se:

Renda familiar vulnerável – situação de pobreza, de modo que a renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior ao valor entre R\$ 105 a R\$ 210 por indivíduo.

Renda familiar ruim – proporção dos indivíduos com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo (R\$ 1.212 salário mínimo vigente, 50% valor menor ou igual a R\$ 606).

Renda familiar boa – proporção dos indivíduos com renda familiar per capita igual ou maior que um salário mínimo (\leq R\$ 1.212) por indivíduo.

Renda familiar excelente – proporção dos indivíduos com renda familiar per capita igual ou maior que três salários mínimos (\leq R\$ 3.636) por indivíduo.

Os estudos sobre análise de renda no Brasil apontam situações de desigualdade relacionadas a esse indicador. Pero e Szerman (2008) alegam que a desigualdade de renda é uma das maiores do mundo e que mesmo tendo a partir de 2001 após o processo de estabilização econômica, uma redução desse indicador, essa melhora não foi significativa, por conta da enorme discrepância da desigualdade de renda da população brasileira.

O Brasil nas últimas décadas vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (GOMES; PEREIRA, 2005, p.359). Também é importante destacar conforme descrevem as autoras:

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência (GOMES; PEREIRA, 2005, p.360).

Além disso, as autoras ressaltam que junto as famílias brasileiras, a gravidade do quadro da pobreza e miséria exige do poder público medidas cautelares que propiciem as condições para efetiva participação da família no desenvolvimento de seus filhos. Isso significa, também, ter renda capaz de subsidiar os requisitos necessários para uma educação efetiva e de qualidade.

A pobreza, a qual uma família pode estar sujeita, em alguns casos, antecipa o início das atividades trabalhistas de seus filhos, o que resulta, a maioria das vezes, no abandono da escola. Esse é um aspecto acentuado pelas desigualdades de renda existente entre as famílias brasileiras (GOMES; PEREIRA, 2005).

É claro que na esfera familiar no que tange à renda, existe uma série de necessidades básicas da pessoa humana a serem supridas para o bom desenvolvimento do aluno, como por exemplo, alimentação, transporte, saúde, vestuários, lazer, esporte, acesso à cultura e etc., sendo o atendimento de tais aspectos dependentes da existência de uma renda familiar mínima capaz de subsidiá-lo.

Um exemplo desse cenário de adversidade foi mostrado em 2017 em um estudo realizado pela Oxfam Brasil que atestou no referido ano que 15 milhões de brasileiros tinham como renda o valor de R\$ 7,3 por dia. Essa estatística coloca o país na nona posição no ranking entre os 189 países mais desiguais em termos de renda do planeta.

Em 2018 o IBGE divulgou dados que reforçou no Brasil a configuração da extrema desigualdade de renda, pois a concentração de renda no país aumentou mostrando que 1% da população mais rica, apresenta rendimento médio 34 vezes maior que da metade da população mais pobre.

Referente à desigualdade na distribuição de renda e a relação com a educação, Silva (2007) visualiza a melhoria dos indicadores de educação como uma alternativa de ampliação das oportunidades dos grupos de baixa renda para alcançar qualificação que viabilize a melhoria de sua posição social e das situações de carência, atingindo desse modo, melhores condições de vida.

2.3.2.2 Pobreza

Naturalmente nas economias modernas e monetizadas, nas quais a maior parcela da população tem suas necessidades atendidas através das trocas mercantis, é comum a pobreza ser medida em relação à renda, uma vez que sua mensuração pode ser contabilizada pelo valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias da população ou de uma pessoa. Desse modo são considerados pobres os indivíduos que não possuem renda suficiente para atender às necessidades básicas delimitadas em sua sociedade (ROCHA, 2003).

De acordo com Crespo e Gurovitz (2002) os estudos sobre pobreza geralmente trazem como ideia central o entendimento de pobreza como sendo a falta de recursos necessários ao bem-estar da pessoa, a exemplo, o alimento, moradia, saúde, educação, a terra entre outros ativos.

A situação de pobreza pode comprometer o desenvolvimento social de um indivíduo quando lhes é negada a oportunidade de superar as suas condições de desigualdade. Segundo Simões (2017) uma das consequências da pobreza para crianças e jovens nascidos em famílias pobres é que estes indivíduos têm maior probabilidade de se tornarem as unidades familiares pobres do futuro, pois a condição de pobreza e desigualdade em geral tem como consequência que essas crianças e jovens carentes não consigam frequentar adequadamente a escola, também tenham necessidade de trabalhar para ajudar a família.

Paralela a isso Brito, Arruda e Contreras (2015) explicam que a situação de pobreza também compromete a aprendizagem do aluno quando este não tem acesso a uma educação de qualidade, pois o sistema educacional claramente mostra que existe a escola para o rico e a escola para o pobre. Os autores pontuam que:

[...] A relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas. As condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa. [...] Todos têm a mesma capacidade de aprender, o que interfere são as condições sociais para esta aprendizagem, o contexto em que o indivíduo se encontra e sua realidade. Uma criança pobre que não tem acesso aos mesmos recursos que outra em melhores condições não vai se desenvolver da mesma forma, o que não quer dizer que não possa aprender o mesmo conteúdo. E é nesse sentido que a educação vem falhando, perpetuando a “escola para pobre” e “escola para a elite”. As condições para o desenvolvimento tanto na educação quanto em sua condição social, não devem somente ser proporcionadas e sim conquistadas pelo sujeito (BRITO; ARRUDA; CONTRERAS, 2015, p.18677).

Nesse sentido, o sistema educacional precisa quebrar esse paradigma da meritocracia, pois é fato que a pobreza precisa ser considerada dentro do âmbito da escola e do ensino, visto que no Brasil a pobreza é uma realidade vivenciada pela maioria da população do país. Logo, toda estrutura educacional deve empenhar-se ao máximo, para identificar às reais necessidades dos alunos e assim, remover os obstáculos que dificultam ou que não comportem o seu pleno desenvolvimento social. E é desse modo que o movimento circular que mantém tão elevados níveis de desigualdade, pode ser rompido e remodelado.

Analisando a estrutura social e econômica do Brasil, evidencia-se que a existência da pobreza não ocorre devido à falta de recursos e sim da desigual distribuição destes. O Brasil é um país rico, porém, com maiores índices de desigualdade do mundo (WLODARSKI; CUNHA, 2005, p.6).

Nesse sentido, o conceito mais disseminado de pobreza, segundo Jannuzzi (2016), é o que o descreve como sendo a síndrome da insuficiência de renda de uma população ou grupo de pessoas.

Com advento de mudança que surgiram no modo de vida e necessidades das sociedades contemporâneas, a questão da pobreza passou a ser discutida e analisada por diferentes fenômenos que incluiu novos parâmetros que vão além da mera quantificação de renda.

Conforme exposto por Rocha (2003), a renda não é a única variável que pode ser usada para medir pobreza. Em tratando-se de sociedades que apresentam nível de desenvolvimento social e produtivo muito baixo, não é recomendado o uso da renda como único indicador de pobreza.

Nessa linha de pensamento Jannuzzi (2016), relata que existem diferentes concepções e formas de compreender o termo pobreza:

[...] dimensionamento da pobreza como expressão da insuficiência de renda disponível (pobreza monetária), aqueles que expressam pobreza como insuficiência de acesso a alimentos e de seu consumo (desnutrição ou insegurança alimentar), as pesquisas ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos (pobreza multidimensional); os estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa e não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas (pobreza relativa); os estudos que investigam a pobreza a partir do posicionamento declarado dos indivíduos (pobreza subjetiva) (JANNUZZI, 2016, p.200).

Ao citar uma diversidade de abordagens conceituais, o autor elenca cinco tipologias que são mais discutidas em estudos dessa natureza: a pobreza monetária, pobreza multidimensional, pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza subjetiva.

A pobreza na concepção subjetiva se fundamenta em análises de parâmetros envolvendo o “juízo de valor” que corresponde a uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Na narrativa dos autores:

O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos. Desse modo, tal enfoque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objetiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valor (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.3).

A pobreza monetária é considerada pelo indicador de insuficiência de renda e consumo como evidência de situação de pobreza. Sua abordagem se desdobra em duas concepções: a pobreza relativa e pobreza absoluta. A primeira incorpora a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objeto social e a segunda está condicionada às questões de sobrevivência física, como por exemplo, o atendimento das necessidades mínimas vitais da pessoa (ROCHA, 2003).

A pobreza relativa trata-se de uma matriz comparativa da posição relativa do indivíduo no âmbito social. Nessa premissa a pobreza relativa é próxima da ideia de distribuição de renda. Desse modo na concepção relativa, pobre seriam aquelas pessoas que estivessem posicionadas na base da pirâmide da distribuição da renda (LEMOS, 2007). Assim:

A linha de pobreza relativa é determinada a partir de um nível arbitrariamente estabelecido de renda ou de consumo, por parte de determinados grupos sociais. Estabelece-se, por exemplo, que abaixo de determinado patamar de renda ou de consumo as pessoas passam a ser consideradas pobres (LEMOS, 2007, p.64).

A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambigüidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p.3-4).

Por sua vez, a pobreza absoluta dar-se-á pela ótica do suprimento mínimo das necessidades estritamente essenciais do indivíduo, associado a um nível mínimo de renda *per capita* ou familiar atrelado a um padrão mínimo nutricional. Neste caso, pobre seria a pessoa que tivesse dentro do padrão mínimo de atendimento de suas necessidades. O critério de mínimo seria mensurado por meio das condições de acesso adequado à educação, moradia, vestuário, água potável, oferta de serviços de saneamento básico, níveis satisfatórios de segurança alimentar (nutrição) e outros (LEMOS, 2007). Reforçando conceito de pobreza absoluta nessa concepção Crespo e Gurovitz (2002, p.4) descrevem:

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos. O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos. Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Já o enfoque dos salários mínimos lida com a idéia de que exista um salário mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo.

O conceito de pobreza multidimensional engloba parâmetros fundamentados nos princípios da justiça social vinculado com a criação de um novo conceito de bem-estar, considerando a pobreza um fenômeno não mais restrito a meios e recursos que os indivíduos possuem, mas que abrange sua liberdade de escolha em relação à sua proposição de vida (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; SEN; KLIKSBURG, 2010).

Em resumo, independente da forma como a pobreza é abordada conceitualmente, os desafios para sua superação acabam tornando-se imprescindíveis para o alcance do desenvolvimento da sociedade. Tanto do ponto de vista econômico quanto social, a redução dos níveis de pobreza de uma população sempre vai requerer a resolução de problemas de natureza objetiva e subjetiva, individual e coletiva, significando que as dualidades continuarão fazendo parte de sua interpretação.

2.3.2.3 Trabalho

O uso do termo trabalho apresenta diferentes significados associado a valores sociais que podem ser positivos e negativos a depender do sistema social que se considera. O trabalho, nas suas formas de uso, pode ser adjetivado como trabalho escravo, trabalho braçal, trabalho remunerado, trabalho artesanal, trabalho intelectual entre outros (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012).

Para Sabóia, Coelho e Aquino (2007, p.88) o trabalho é compreendido de uma forma mais abrangente como uma atividade humana que visa satisfazer às necessidades daquele que a realiza e que é fundamental ao processo de humanização. Nesse sentido os autores descrevem trabalho:

[...] uma atividade eminentemente humana, portanto, consciente, criativa e transformadora, da qual o homem tem o domínio e a faz objeto de sua vontade; implica a capacidade de abstração e de atribuir significados e é vista como condição mediatizadora do processo de hominização, humanização e construção do sujeito. Estamos fazendo uma aproximação ao conceito marxista de trabalho no qual, trabalhando, o homem é agente transformador da natureza e é, ao mesmo tempo, transformado por ela em um processo dialético, onde a atividade do trabalho gera um produto de valor, seja esse valor de uso ou de troca. Ele modifica e constrói a sua realidade e é nessa ação de construção e reconstrução que podemos compreender a própria subjetividade (SABÓIA; COELHO; AQUINO, 2007, p.87).

Nesse sentido, Neves et al. (2018, p.319) corroboram que: o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão. Nas concepções apresentadas pelos autores, o trabalho resulta de um processo de criação histórica, fundamentado na evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano.

Na era moderna a configuração do trabalho assalariado, assumiu centralidade na discussão do termo trabalho por representar um processo de hierarquização dos grupos sociais com o advento do emprego e os diferentes valores de remuneração salarial (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012).

É nessa perspectiva que o trabalho se vincula à educação, pois é dela que advém a qualificação profissional demandada pelo mercado de trabalho. Por sua vez, os níveis educacionais acabam sendo definidores das condições, tipo de trabalho e categoriza piso salarial entre cargos e profissões exercidas. Logo, torna-se evidente que o nível educacional do indivíduo é um fator que pode viabilizar que este ocupe os melhores postos de trabalho, atingindo maior valor de remuneração e, conforme, pontua Silva (2007). Nesse sentido, a educação passa a ser um ativo para mobilidade social.

Diante do exposto, Luna e Klein (2009) consideram que os grupos sociais mais pobres por receberem uma educação de baixa qualidade, ficam em desvantagens no mercado de trabalho. Dessa forma, o sistema educacional brasileiro reforça a estrutura de desigualdade social existente. Não é capaz de minimizar a profunda diferença na distribuição de renda, assim como transforma a mobilidade social via trabalho rígida, mantendo assim, um sistema com poucas oportunidades para as camadas pobres.

O processo de globalização da economia gerou transformações na relação capital-trabalho que culminaram na exigência de novos perfis econômicos à formação de jovens que se preparam para ingressar no mercado de trabalho (PINTO, 2015). Em uma pesquisa realizada na região do Caribe Colombiano com crianças e adolescentes de idade entre 6 e 18 anos apresentou-se como um dos resultados, a percepção do trabalho como sendo um aspecto importante para obtenção de riqueza na associação entre trabalho e remuneração (PIECZARKA, 2009).

Desse modo, Araújo (2014) explica que é fato conhecido pela população moderna que tendo o indivíduo maior nível de escolaridade, maior será sua chance de manter-se competitivo no mercado de trabalho, diferentemente do que ocorre com os que têm baixa escolaridade e acabam marginalizados, restando-lhes a aceitar a condição de subalternos.

Em tratando-se da educação brasileira, Pinto (2015, p.93) esclarece que:

Ao longo de 1980, os educadores passaram a defender a superação da desigualdade de classes a partir da oferta de uma educação de formação integrada entre ensino médio e educação profissional, tendo como base a formação profissional e a preparação para a vida. Deste modo, o ensino médio integrado ao ensino médio técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para uma nova realidade.

Diante disso, observa-se que a educação é tida como uma das formas de ascensão social e melhorias das condições do sujeito, pois através da educação se obtém a qualificação que poderá viabilizar melhores oportunidades de trabalho e renda.

Os jovens brasileiros têm necessidade de inserção no mercado de trabalho e para isso é preciso estar qualificado e em alguns casos ter o mínimo de experiência profissional para alcançar o tão sonhado primeiro emprego.

A inclusão dos jovens no âmbito profissional proporciona crescimento, aprendizado, autoconfiança e, principalmente, responsabilidade profissional e pessoal. No entanto, conquistar uma oportunidade de se inserir no mercado de trabalho, raramente é uma tarefa fácil (SILVA, 2019).

No Brasil a Lei nº 10.097/2000 conhecida como a Lei do Aprendiz Legal, que foi complementada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005 regulamenta que empresas de médio e grande porte, possam contratar de 5% a 15% do seu quadro de funcionários jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. Estes jovens devem estar matriculados e frequentando uma instituição de ensino.

A promulgação desta Lei visa incluir socialmente os jovens brasileiros e lhes oferecer uma oportunidade de ter o primeiro emprego, mesmo estando ainda em idade escolar. Com essa ação eles podem desenvolver competências para o mercado de trabalho e a profissão que futuramente irão escolher exercer. Por conta dessa nova política surgiram parcerias entre as empresas e as escolas, faculdades, universidades e institutos de ensino, para estabelecimentos de convênios e contratações dos jovens aprendizes.

Também instituições como SEBRAE disponibilizam cursos e projetos para incentivar o empreendedorismo entre os jovens. Para o período da educação básica (ensino fundamental) o Sebrae oferta o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos – (JEPP) voltado ao fomento da educação e cultura empreendedora. Para o ensino médio o SEBRAE criou o Programa Nacional de Educação Empreendedora com oferta de três cursos: formação de jovens empreendedores; despertar para o empreendedorismo; e crescendo e empreendendo. Os cursos objetivam estimular o empreendedorismo entre os jovens desde o seu período de formação escolar e objetivam poder guiar os jovens que desejam criar seus próprios negócios¹.

2.3.3 Condição cultural

A cultura não é um termo fácil de ser definido. Inclusive áreas como sociologia, história, antropologia, administração e outras, a estudam, dentro de cada enfoque e uso requerido por cada uma dessas áreas. Essa multidisciplinaridade, demonstra a diversidade de conceitos que essa palavra pode apresentar (CANEDO, 2008).

Cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. A história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, seja movida por suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mais frequentemente por ambos os motivos. Por isso, ao discutirmos sobre cultura temos sempre em mente a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência. São complexas as realidades dos agrupamentos humanos e as características que os unem e diferenciam, e a cultura as expressa (SANTOS, 2006, p. 7).

¹ Informações obtidas na Plataforma Digital do SEBRAE assunto Empreendedorismo. Disponível em: <<https://www.sebrae.com>>. Acessadas em: 29 de março de 2020.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (2001, s/p) cultura caracteriza-se como sendo o:

[...] conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, etnia, diversidade.

De modo geral, cultura significa tudo aquilo que tem origem a partir da criação humana, como: os artefatos, as ideias, leis, costumes, crenças morais e conhecimentos obtidos por meio dessas relações (CAMARGO, 2019).

A Constituição Federal do Brasil estabelece que é dever do estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais às fontes da cultura nacional, com apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais. No entendimento de Certeau (2008), para suprir a falta de acesso à cultura, necessita-se de um alcance acessível que transite por todas as classes sociais e regiões, com o propósito de gerar conteúdo cultural e senso crítico na população, pois a cultura também é um instrumento de educação.

2.3.3.1 Etnias

Etnia refere-se a um aglomerado social que possui especificidades socioculturais (como língua, religião, cultura, tradições e visão de mundo) que os diferenciam de outros grupos (BRASIL, 2019). Assim o Ministério da Educação explica que:

Atualmente o conceito de etnia estende-se a todas as minorias que mantêm modos de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante. Assim, os pertencentes a uma etnia partilham da mesma visão de mundo, de uma organização social própria, apresentam manifestações culturais que lhe são características. “Etnicidade” é a condição de pertencer a um grupo étnico. É o caráter ou a qualidade de um grupo étnico que frequentemente se autodenomina comunidade. Já o “etnocentrismo” — tendência de alguém tomar a própria cultura como centro exclusivo de tudo, e de pensar sobre o outro também apenas a partir de seus próprios valores e categorias — muitas vezes dificulta um diálogo intercultural, impedindo o acesso ao inesgotável aprendizado que as diversas culturas oferecem (BRASIL, 2019, p. 132-133).

A etnia não se apresenta como um conceito sólido. Dessa forma, podem ocorrer mudanças ao longo do tempo. Assim, fatores como aumento populacional e até mesmo a miscigenação cultural (contato entre povos de diferentes etnias) podem acarretar em mudanças para uma determinada etnia (RAMOS, 2019).

A população brasileira é diversificada em relação às suas características étnicas devido à constituição de sua população ter uma origem de diferentes povos, dentre os quais os indígenas, negros e europeus com destaque para os portugueses. O termo Etnia, segundo Pena (2019), define populações com base nas suas diferenças culturais, linguística, hábitos e costumes tradicionais, religião e etc. Em especial trata-se o termo “raça” como aspecto físico da população e por isso é importante diferenciar etnia de raça.

Machado (2019) descreve a diferença entre os termos apresentando a etnia como a determinação das características socioculturais de uma população e a raça definida por critérios físicos ou biológicos que diferencia os indivíduos de uma população (cor da pele, cabelo, olhos e estrutura óssea). Os autores elencam no Quadro 1 a diferença entre os dois conceitos.

Quadro 1 – Diferença entre Etnia e Raça.

ASPECTOS	ETNIA	RAÇA
Fator	Sociológico	Biológico
Definição	Grupo no qual os membros se identificam com base em seus aspectos culturais como costumes e tradições artísticas.	Refere-se à divisão de grupos conforme suas características físicas
Divisão	Dividido por traços culturais ou história compartilhada, como traços linguísticos e religiosos.	Dividida pela característica biológica ou genética em comum de um grupo de pessoas, também se estende aos animais raça de cães e gatos.
Genealogia	É definida em termos de genealogia, costumes e tradições compartilhadas, seja real ou afirmada.	Diferença de fenótipo na aparência física, pois geneticamente os seres humanos pertencem à mesma raça que é a raça humana.
Fatores de distinção	A distinção de grupos étnicos é feita pelas características sociais e culturais de determinados grupos.	Distinguem-se pela diferença de fenótipo como cor da pele, dos olhos, do cabelo
Classificação	Existem vários tipos de etnia a exemplo, brancos, negros e indígenas (estes podem ser classificados em etnias menores).	Existe apenas uma que é a raça humana.

Fonte: Adaptado de Machado (2019).

Ao considerar etnia como tratando-se de aspectos sociais e culturais que dão identidades de grupos específicos, abre-se um leque de informações a respeito desses grupos, importantes a serem analisados pelo sistema educacional, pois características étnicas podem representar pontos positivos e negativos. Os positivos no prisma de políticas sociais que beneficiam alguns grupos como cotas em instituições de ensino para negros e índios; e negativos, como exclusão e/ou violência contra pessoas de um grupo étnico por questões relacionadas a preconceito, a racismo, a xenofobia e outros.

No Brasil existem políticas públicas e políticas de cotas, por exemplo, que beneficiam grupos étnicos específicos: negros, índios, quilombolas entre outros. A Lei nº 12.711 de 2012 conhecida como Lei de Cotas trata-se de um instrumento criado pelo poder público federal com a finalidade de reservar 50% de vagas em instituições públicas de ensino superior às pessoas negras, pardas, indígenas, de baixa renda e com deficiência.

A reserva de vagas referentes a etnias é especificada no Art. 3º da referida lei:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012).

As cotas étnicas e sociais são implementadas na maioria das instituições de ensino superior público do Brasil e por isso é considerada uma política pública efetiva e que gera benefícios como a maior inclusão de pessoas de grupos étnicos como negros e índios no ensino superior.

A etnia indígena, por sua vez, possui uma legislação específica que lhes ressalva direitos especiais os quais resultaram em programas e políticas para atendimento desse grupo. Denominada de Estatuto do Índio a Lei nº 6.001 de 1973 concede aos indígenas alguns benefícios relacionados a sua cultura, modo de vida, ancestralidade e costumes. Conforme discrimina-se em seu escopo em relação aos indígenas:

Art. 47. É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão.

Art. 48. Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art. 49. A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertencam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art. 50. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art. 51. A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quanto possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação.

Art. 53. O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas modernas.

Art. 54. Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola, especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados.

Art. 55. O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas (BRASIL, 1973).

A criação da Fundação Nacional do Índio - (FUNAI) teve por objetivo aplicar e fiscalizar toda ação relacionada aos direitos dos povos indígenas estabelecidos pelo Estatuto. Ainda, no campo do assistencialismo social, grupos de etnia indígenas e negros quilombolas têm acesso garantido ao Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, recursos de programas para áreas de assentamento, programas voltados para agricultura familiar, dentre outros.

Muitos aspectos podem influenciar ou prejudicar às relações sociais entre os grupos étnicos existentes. A forma como um indivíduo sente-se e é tratado dentro da estruturação social, que o integra, é sem dúvida importante para o seu bem-estar e desenvolvimento humano. Por exemplo, enfrentar situações de preconceito em geral, ser discriminado ou excluído por causa de suas características étnicas no ambiente escolar ou em qualquer outro lugar, também representa uma forma de fomento da desigualdade. Logo, é importante buscar entender como vivenciar situações dessa natureza as quais pode prejudicar a pessoa.

Segundo Bandeira e Batista (2002), preconceito e exclusão são fatos presentes nas relações sociais cotidianas. Trata-se de uma circunstância que alimenta cenário de violência contra negros, mulheres, indígenas, homossexuais, pessoas pobres, deficientes e demais grupos, ferindo a dignidade humana e gerando, na vítima, o sentimento de vergonha, de revolta, de valores negativos, o estigma da não aceitação social de sua diferença. Também as autoras apontam para outra ótica obscura do qual está velado o preconceito:

Pela sua sutileza, caráter difuso e capilaridade de intromissão nas relações sociais, a eficácia e a ubiquidade do preconceito são máximas, tanto em relação às práticas de controle, como às de dominação e subordinação em todas as categorias sociais. Manifestam-se como produtor e reproduzidor de situações de controle, menosprezo, humilhação, desqualificação, intimidação, discriminação, fracasso e exclusão nas relações entre gêneros, na esfera do trabalho, nas posições de poder, nos espaços morais e éticos e nos lugares de enunciação da linguagem. E vêm, muitas vezes, minadas pela chantagem afetiva ou disfarçadas por aparências afetuosas que atingem,

mais dramaticamente, a autoimagem e a condição sócio-moral daqueles (as) que são alvos do preconceito (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p.127).

Observa-se da colocação das autoras que a gênese do preconceito tem múltiplas origens e facetas, assim como, pode impactar um indivíduo de diferentes formas. Em tratando-se de etnia, o Brasil é diverso social e culturalmente. Toda essa diferença foi em variados contextos utilizados como forma de estratificação social em camadas que separa e marginaliza, ao invés de integrar e homogeneizar às oportunidades individuais, independentemente dos contrastes étnicos existentes.

Dentro desse cenário, ao voltar-se a análise para ensino público formal brasileiro, Araújo (2014) ressalta que desde a metade do século XX com as mudanças provocadas pela industrialização e urbanização, a educação no Brasil apresenta um quadro social onde a minoria foi e é privilegiada, favorecida e dotada de oportunidades que não se estendem à maioria da população, notadamente negros e indígenas que foram e ainda são excluídos do acesso a um sistema de ensino de qualidade. Destaca também:

Nesse processo desigual e excludente que é a educação formal no Brasil, as oportunidades de acesso, permanência e êxito dos grupos menos favorecidos, notadamente a população negra e a indígenas, ao sistema de ensino, não são as mesmas dos grupos mais favorecidos. Existe uma diferença bastante expressiva entre ricos e pobres, brancos e negros no acesso aos diferentes níveis e modalidade de ensino no país. [...] A ausência de políticas públicas efetivas de combate às desigualdades sociais afetam principalmente os grupos historicamente excluídos do sistema de ensino, a exemplo de negros, de índios, de mulheres, de camponeses, entre outros, “gerando situações de iniquidade no que diz respeito ao acesso e à permanência no sistema educacional”. [...] A escola, por exemplo, que deveria ser o lugar privilegiado para a formação de valores, o lugar da alteridade e da construção de direitos, permanece presa a um modelo educacional eurocentrista, monocultural e excludente que pouco contribui para o desenvolvimento intelectual, profissional e social dos grupos estigmatizados, oprimidos e marginalizados, que se fazem presentes no seu espaço (ARAÚJO, 2014, pp. 133-135-136).

Diante do exposto é impossível para determinados grupos étnicos, não se sentirem prejudicados nas suas buscas por desenvolvimento diante de tantos obstáculos a serem enfrentados e superados para atingirem desenvolvimento igualitário como se pode constatar. A diferença que os caracterizam social e culturalmente que deveria ser valorizada, ao contrário é o que gera suas exclusões e os mantêm em uma posição de desvantagem.

2.3.3.2 Crenças

São as crenças (e valores) que delimitam e comandam os pensamentos, as decisões a serem tomadas, os sentimentos, assim como as ações. Deste modo, as crenças definem os princípios de uma pessoa (INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING, 2019).

Partindo desta análise, crença é “uma espécie de norma que rege as ações e os hábitos de uma pessoa” (FURTADO, 2011, p. 13), em outras palavras, crença é a forma como cada ser humano observa o mundo, onde é traçada a imagem do que acredita, tornando-se verdade única (INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING, 2019).

O Instituto Brasileiro de Coaching (2019) evidencia que a crença é um sinônimo de fé, que envolve sentimentos e opiniões de uma pessoa ou um grupo que são adotados com confiança e credo, em que duas crenças diferentes são capazes de estarem corretas, de modo que uma não anula a outra.

Dentro do contexto religioso, o conjunto de crenças pode ser definido como religião, a qual no Brasil predomina a cristã católica, devido à colonização portuguesa, evidenciando que a outra religião vem ganhando espaço como a Protestante, o Espiritismo, a Umbanda que surgiu do catolicismo popular e do Candomblé e o Candomblé em si, que se originou na África (FERNANDES, 2019).

As crenças sejam elas religiosas, filosóficas ou doutrinadoras são parte de um conjunto de aspectos da diversidade cultural que representa o pluralismo cultural. A definição de valores morais e comportamentos éticos, geralmente fazem parte dos componentes estruturantes que envolvem uma crença.

Crenças e costumes religiosos influenciam marcadamente a formação de sistemas de valores morais, sociais e, inclusive, políticos e econômicos. (BASÁÑES; MORENO, 1994, *apud* SANTOS et al., 2012, p.285). Estudos realizados por Santos et al., (2012) demonstram que o sistema de valores humanos, está fortemente associado à religiosidade. A ausência destes parâmetros pode gerar comportamentos individuais de desobediência a autoridades, regras e normas sociais estabelecidas.

De acordo com Silva (2004) em termos de prática pedagógica, trabalhar a diversidade religiosa torna-se o cerne das ações proativas, pautada na sensibilização individual em favor da formação de sujeitos que venham a ter atitudes de respeito e

tolerância às diferenças, como sendo umas das formas de praticar a cidadania, como aponta a autora:

A imposição de uma fé como oficial e a conseqüente exclusão das outras (inclusive com perseguições declaradas) deixou seu rastro perverso no passado. No presente, muitos conflitos continuam sendo alimentados a partir de convicções ou sob a justificativa de crença, como vemos no Oriente Médio ou na Irlanda. (...).

[...]. É possível reconhecer o valor de cada ser humano e a importância de garantir os direitos humanos para todos. Isto inclui a liberdade individual de seguir suas próprias crenças e caminho espiritual. Valorizar os direitos de outras pessoas a crenças variadas e diferentes é um passo fundamental para apreciar a diversidade religiosa. Na medida em que aprofundamos o estudo das religiões, podemos aumentar a compreensão das crenças individuais e romper as barreiras dos preconceitos e exclusivismo, atitudes que constroem um mundo muito perigoso para se viver (SILVA, 2004, p.2,10).

Diante do exposto, tem-se como fator de fundamental importância trabalhar o conhecimento, compreensão e a tolerância às diferentes crenças, de tal modo que o indivíduo possa desenvolver uma conduta de respeito às diversidades culturais que se fazem presentes nos seus espaços de interação, exercendo, assim, um comportamento de cidadania que valida o estado democrático de direito, pois respeitar à diversidade é exercitar um dos valores fundamentais: a configuração da cidadania.

A compreensão do indivíduo em relação às diferentes crenças, religião, convicções e hábitos é primordial para a integração de grupos sociais, ainda que cada um expresse uma visão distinta e valores específicos. A respeito disso, Silva (2004) esclarece que, atualmente, estudos acerca da religião e da religiosidade buscam justamente a valorização dos diversificados fenômenos religiosos, de modo que seu conhecimento gere melhor compreensão dos fatos e facilitem o estabelecimento do mútuo respeito às diversidades.

A ausência de compreensão e respeito pelas crenças e religião, gera intolerância religiosa. O conceito de intolerância religiosa sugere que se trata de uma forma de violência física ou simbólica a qual figura preconceito, discriminação e exclusão social, sendo expressas, em geral, por ações como demonização das outras formas de crença, difamação, depreciação de espaços, propriedades e símbolos religiosos, agressão física e/ou psicológica contra pessoa a qual possui outra crença (SILVA, 2004; SANTOS et al., 2012).

No Brasil, segundo Netto (2019), as religiões de origem afrodescendentes e as crenças das diferentes etnias indígenas são as que mais sofrem com esse tipo de

ação preconceituosa. Também outras formas de preconceito podem se relacionar com questões de natureza religiosa, tais como discriminação de gênero, preconceito étnico-racial e hegemônicos.

É certo afirmar que a crença e a religião estão na não compreensão do direito humano de liberdade, sendo este contexto, a raiz dos problemas de conflitos religiosos. A ausência dessa compreensão gera exclusão social nos diversos ambientes, incluído o ambiente escolar e pode afetar o desenvolvimento do sujeito.

2.3.3.3 Diversidade cultural

A diversidade cultural refere-se aos diferentes costumes de uma sociedade, os quais incluem-se a vestimenta, a culinária, as manifestações religiosas, as tradições, assim como outros aspectos (CERQUEIRA, 2019) que norteiam essa temática.

Num contexto de discussões globais, a diversidade cultural pauta-se em duas vertentes. A primeira contextualiza diversidade no interior de uma sociedade específica, na qual os indivíduos apresentam características culturais diferentes, que juntos criam uma identidade nacional, vislumbrando a “manutenção dos seus direitos, da democracia cultural, da busca da igualdade das minorias”. A segunda insere-se no contexto mundial com foco nas trocas de bens e serviços culturais e na procura de uma troca equilibrada entre as nações (SERFERT, 2009, p. 2).

A sociedade brasileira resulta do processo de diversidade cultural de seu país que surgiu com o processo de colonização do território brasileiro, originado da miscigenação de diferentes povos portugueses, indígenas, africanos. Depois migraram para o Brasil outros povos como italianos, japoneses, árabes, alemães e etc. Um ponto marcante da cultura brasileira é a manutenção de muitos hábitos e tradições destes povos que vão destas manifestações religiosas, linguagens, vestimentas, movimentos culturais, culinária, músicas dentre outros.

Nessa lógica das tão acentuadas diversidades culturais do Brasil, o autor Barros (2008) explica que tais aspectos das diferenças, não podem ser compreendidas por uma lógica reducionista e simplificada; ao contrário, o pensamento sobre a cultura deve ser dinâmico que busca na compreensão da realidade, entender como todas esses cenários que dialogam e se entrelaçam formando a multiculturalidade. O autor reforça que:

A redução das desigualdades locais, regionais e mundiais, a consolidação de modelos democráticos de decisões, e a adoção de uma perspectiva que vá além do direito de ser diferente –, o que caracteriza a perspectiva da multiculturalidade, na direção de um pluralismo cultural, que assegura o direito à diferença – são outros pontos centrais no debate e nas articulações que aqui se apresentam. A idéia da universalidade, entendida como uma discussão teórica e afeta ao campo dos humanismos filosóficos e antropológicos, mas também como princípio que garante que a questão da diversidade não se reduza à defesa das particularidades, é igualmente de uma centralidade estratégica. A tradução da Diversidade Cultural como o regime de respeito aos particularismos alimenta práticas discriminatórias, e suas diferenças são tomadas como desigualdades. (BARROS, 2008, p. 21).

Em outros termos se tem que a diversidade da cultura brasileira deve ter suas diferenças compreendidas na premissa de toda riqueza que a sua multiculturalidade representa e não ser vista como um aspecto para discriminação, exclusão dos diversos grupos sociais que caracterizam o pluralismo cultural do Brasil.

Para entender melhor como se apresenta essa diversidade cultural, no âmbito nacional, é preciso explicar a formação do povo brasileiro, que conforme Porfírio (2019; 2020) até 1500 era concebida pelos indígenas, que não apresentavam apenas uma tribo, mas diversificados aglomerados com linguagens e costumes diferentes. Posteriormente, com a escravidão e a vinda dos negros para o Brasil, inclusive de diversas tribos e origens étnicas, ocorreu a formação cultural afro-brasileira tão vasta e diversificada quanto as indígenas. Sequencialmente a vinda de europeus, italianos e alemães que contribuíram para a pluralidade cultural brasileira.

Nesse aspecto a UNESCO (2001) frisa que a diversidade cultural para a humanidade se apresenta “tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras”.

O sociólogo e professor Porfírio descreve que o Brasil tem na sua diversidade cultural os elementos que também constituem desigualdade social, por exemplo a exclusão social que se manifesta predominantemente por meio da diferença entre as diversas culturas. Esta exclusão cria de um lado o elitismo cultural que privilegia brancos e ricos e por outro estruturam as desigualdades entre etnias, entre homens e mulheres, entre classes sociais. Todos estes fatores culminam na marginalização, discriminação e no racismo estrutural que se manifesta, por exemplo, nas diferenças salariais entre pretos e brancos, em tratamento diferenciado e salários menores para

mulheres e nas oportunidades rasas ofertadas para as camadas sociais pobres. (PORFÍRIO, 2019, 2020).

Nessa linha de compreensão, Bandeira e Batista (2002), corroboram que movimentos de luta por igualdade social presentes na sociedade brasileira, surgiram dessa demanda de superação do não reconhecimento, da garantia dos direitos e da valorização das diferenças sociais para frear a intolerância contra a diversidade sociocultural da população. Os autores pontuam que:

Ao mesmo tempo, mulheres, negros e homossexuais, além de outras tantas ditas minorias., organizaram-se em movimentos cujo objetivo era, genericamente, a superação dessas situações de desqualificação identitária e sofrimento existencial impostas pela sociedade ao não reconhecer as diferenças e especificidades. A intensidade dessas novas demandas colocaram à prova a intolerância reinante e estimulam nossa diversidade criadora (...).

Diversas manifestações de afirmações identitárias, declarando o orgulho de ser negro, de ser homossexual, de ser mulher, de ser indígena, entre outras, denunciavam a existência de preconceito, discriminação e exclusão nas várias esferas da sociedade e preencheram as agendas da reflexão sócioantropológica. Marchas e declarações colocavam a nu a presença inquietante da violência nas relações sociais, como também reações se manifestavam contra os sujeitos-objetos de violência (...).

O preconceito, assim, constitui-se em um mecanismo eficiente e atuante, cuja lógica pode atuar em todas as esferas da vida. Os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de classe, etc. têm lugar tipicamente, mas não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas. Fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários, hierarquias e poderes diferenciais, diversamente valorizados, com lógicas de inclusões-exclusões conseqüentes, porque geralmente associados a situações de apreciação depreciação/desgraça (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 120,125,126,127).

Os apontamentos dos autores elencam alguns dos aspectos geradores de exclusão e desigualdade social causada por questões relativas às características de diversidade cultural da população brasileira. Claro que esse cenário vai muito além de fatores de cor, gênero, etnia e classe social. Como foi descrito em outros pontos de abordagem dessa narrativa textual, tem-se situações de exclusão por conta da religião, crença, modo de vida, da condição social e econômica entre outros.

Segundo Cenci e Andrighetto (2015), desde sua formação no período colonial se figurou o preconceito e discriminação no Brasil, mesmo após a independência de Portugal em 1822, o país manteve a mão de obra escrava com exploração de negros e índios. A rica diversidade existente no Brasil não foi pensada como aspecto de valor cultural; ao contrário, mesmo com todo avanço no campo normativo em defesa dos

direitos humanos, incluindo o direito à cultura e à livre manifestação de grupos sociais e toda diversidade cultural, ainda prevalece a opressão, os crimes de preconceito e discriminação. E com isso, a luta em prol do reconhecimento e respeito às diferenças. A respeito dessa problemática os autores citam que:

Pode-se mencionar nesse sentido a Lei nº 7.716/1989, a qual refere crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que deve ser divulgada e incorporada na busca pelos direitos das minorias e no combate da discriminação. No Brasil não há respostas sociais e econômicas para as desigualdades sociais, tampouco para as diferenças e as agressões, especialmente para aquelas que decorrem de condutas ou atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Desse modo, a raiz do problema que gera uma situação negativa de permanência do preconceito, envolvendo à diversidade cultural do povo brasileiro, está longe de ter fim, pois ela é alimentada por ações resolutivas rasas e insuficientes diante da magnitude desse problema. Para Bandeira e Batista (2002), o preconceito é resultado das relações hierárquicas entre classes sociais, da constituição de poder que manipula livremente às características de diversidade cultural, definindo o que é bom e o que é ruim. E, assim, cria condições de identidade superiores (dominantes) e inferiores (dominadas). Enquanto vigorar este tipo de sistema, o preconceito não será superado. Segundo estes autores:

O preconceito é a valoração negativa que se atribui às características da alteridade. Implica a negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante. Mas isso indica que o preconceito é possível onde existe uma relação social hierárquica, onde existem comando e subordinação e racionalização do outro. Quem manda atribui valores à sociedade, define o que é bom e o que é ruim. Aqueles que obedecem são alvo de atribuições indenitárias que os desvalorizam, especialmente, a seus próprios olhos. Para os que obedecem trata-se de lutar contra uma auto-identificação negativa, mudando os valores, transmutando as características ditas vergonhosas em características que orgulham. (...). [...]. Portanto, o preconceito, em suas múltiplas manifestações, pode ser extremamente pernicioso e geralmente o é porque contradiz e impede a tendência moral da humanidade para a integração universalista e porque faz dos valores humanos, começando pela verdade, fatos arbitrários que exprimem a força vital da raça, da classe, do gênero, ou outra qualquer (...) (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 138-139).

Por isso é fundamental entender o preconceito à diversidade cultural como o fenômeno social que se produz no interior das relações desiguais, constituída entre os seres humanos. Faz-se presente nos diversos espaços de convivência humana e se manifesta de formas variadas, preconceito étnico-racial, de gênero, social, econômico, religioso e outros (VIEIRA, 2014).

Nesse sentido, reivindicar o reconhecimento para identidades coletivas ou igualdade de direitos culturais, atrela-se ao reconhecimento da forma de vida e das tradições culturais que, por sua vez, exige garantias de status ou sobrevivência. Em tratando-se de diversidade, as demandas multiculturais são tangíveis e exigem uma ampliação dos direitos constitucionais normativos e de ações políticas no campo da gestão e administração das diferenças culturais, e de identidade, utilizando estratégias que contemplem componentes linguísticos, tradicionais, religiosos, sociais, econômicos, educativos, entre outros (CENCI; ANDRIGHETTO, 2015).

Considerando a cultura como um componente ativo da vida de todo ser humano, Rodrigues (2006) afirma que não existe indivíduo que não possua cultura e nesse sentido cada pessoa cria e propaga cultura. Desse modo, a escola e seu sistema educacional devem compreender a diversidade cultural e como esta pode ser integrada às práticas pedagógicas para que suas influências, no processo de ensino e aprendizagem, sejam positivas, ao invés de se tornarem mais um entrave ao alcance da educação inclusiva, igualitária e de qualidade (RODRIGUES, 2006; CANDAU, 2002).

Ainda, nesse contexto, Rodrigues (2006), esclarece que o desenvolvimento educacional se liga organicamente à cultura, pois o conteúdo da educação (crenças, valores, conhecimentos, hábitos etc.) é ferramenta de transformação do indivíduo de uma condição natural para o estabelecimento de uma condição de sujeito humano. Nesse sentido, a diversidade cultural com sua multiplicidade de características, afeta diretamente o desenvolvimento e planejamento de uma educação de qualidade. Desse modo, torna-se negligente pensar um modelo educacional que ignore os aspectos da diversidade cultural como um princípio fundamental a educação.

Em tratando-se de diversidade cultural como princípio educativo, Silva (2011) corrobora que a aplicação de tal princípio, demanda uma constante mudança na revisão de valores políticos, sociais e culturais dentro do sistema educacional, em especial quando se trata da compreensão do outro e de suas diferenças, seja de forma individual ou dos grupos sociais, já que são as condições de diferença que em muitos casos geram relações excludentes as quais afetam o desenvolvimento de uma educação livre de preconceito, racismo, intolerância e etc.

A intolerância gerada por situações relacionadas às características sociais de uma pessoa ou grupo social é um fator resultante da não aceitação da diversidade

cultural em qualquer aspecto referente a códigos socioculturais, a exemplo, da orientação sexual, do gênero, das crenças religiosas entre outros.

Conforme explica Vieira (2014), no interior dessas relações excludentes do multiculturalismo é que se fortalecem as desigualdades e a intolerância contra a diversidade humana. Sobre isso Burckhart (2015, p.1-2) expõe que:

A cultura brasileira, apesar de ter construído historicamente mitos sobre o modo como lidamos com a diferença, é marcada por um sentimento de intolerância em relação ao outro. Não é incomum escutarmos notícias de agressões e mortes que acontecem com as pessoas mais vulneráveis dessa sociedade, o que desconstrói qualquer concepção mitológica sobre o modo como nos relacionamos com a diferença. [...] A diversidade, entendida como direito e trabalhada no plano da cultura, tem a potencialidade de desenvolver sociedades mais compreensivas e menos xenófobas, abrindo espaço para o crescimento e aprimoramento cultural coletivo e o aprofundamento da experiência democrática.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano e garantia dos direitos socioculturais esse é um aspecto gerador de inúmeras injustiças, violência e exclusão social. Intolerância e preconceito contra à diversidade cultural são duas vertentes do mesmo problema. Um problema nocivo da sociedade contemporânea que instrumentalizou um tipo de fundamentalismo cultural o qual determina às relações sociais de uma forma destoante dos direitos estabelecidos pela democracia. E com isso fomenta-se ainda mais às desigualdades sociais.

CAPÍTULO III: MARCO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta a trajetória metodológica que foi aplicada na pesquisa. O conteúdo compreende as especificações mais relevantes da metodologia tais como as tipologias de pesquisa adotadas, população, amostra, quadro de variáveis, coleta e análise de dados.

3.1 Principais características metodológicas

O principal critério para que uma pesquisa seja executada de forma eficiente refere-se à elaboração e planejamento correto dos procedimentos metodológicos a serem adotados, de modo que para executar os objetivos propostos no estudo é necessário selecionar com cuidado e coerência os métodos científicos que irão compor o conjunto de procedimentos que serão utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

3.1.1 Enfoque da pesquisa

O enfoque da pesquisa é quantitativo, pois sua análise fundamenta-se pela quantificação dos dados coletados, ou seja, expõe os dados obtidos de informações e opiniões coletadas através de entrevistas, por meio de análises estatísticas. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) é definida pela quantificação dos dados coletados, ou seja, expõe os dados obtidos de informações e opiniões coletadas através de entrevistas, por meio de análises estatísticas.

3.1.2 Nível de pesquisa

Quanto ao nível de investigação é descritivo. Essa modalidade de estudo procura descrever as características da população estudada ou fenômeno, assim como o “estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42).

3.1.3 Desenho de investigação

A investigação não é experimental porque é realizada sem a manipulação das variáveis e a observação foi feita de forma natural sem a existência de qualquer tipo de interferência. Isto é, trata-se de estudos onde não se manipula de uma forma

intencional as variáveis para ver seu efeito sobre as outras variáveis. O que é feito na investigação é observar os fenômenos tal como se dão em seu contexto natural, para depois analisá-los (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Na investigação não experimental as variáveis independentes acontecem e não é possível manipulá-las. Não se tem controle direto sobre as ditas variáveis, não se podem modificá-las porque já aconteceram, igual os seus efeitos. Com isso, o investigador busca somente analisar e investigar seus efeitos; num estudo não experimental não se constrói nenhuma situação; mas apenas se observam as situações já existentes, não provocadas intencionalmente na investigação por quem a realiza (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3.1.4 População, amostra e amostragem

Trata-se de uma investigação de abordagem quantitativa. Sua amostra é representada pelo subgrupo do universo da população total alvo da investigação a qual é probabilisticamente representativa, considerando margem de erro mínimo e confiabilidade máxima possível. As três escolas pesquisadas possuem características similares, existindo entre os alunos homogeneidade, não podendo, desta forma, ser possível a estratificação por escola e nem a comparação entre elas. Os tópicos a seguir detalham os aspectos delimitados para a população, sua amostra e amostragem.

3.1.5 População

A definição exata dos indivíduos (pessoas, animais ou objetos) com os quais se tem interesse de realizar um estudo é um dos aspectos de maior relevância para o desenvolvimento correto de uma pesquisa. Ao conjunto de indivíduos que possuem uma ou mais características comuns sobre os quais recai o estudo, dá-se o nome de população (ou universo). Em número de elementos a população pode ser finita ou infinita (SANTOS, 2005).

A população delimitada de interesse da pesquisa são alunos das escolas públicas de Macapá da rede estadual de ensino médio da cidade de Macapá estado do Amapá. O universo compreende os discentes de 03 escolas públicas de Macapá que são: 1) Escola Estadual Lucimar Del Castillo; 2) Escola Estadual Sebastiana Lenir

de Almeida; 3) Escola Estadual Tiradentes. A pesquisa foi desenvolvida com alunos das turmas do ensino médio das referidas escolas.

3.1.6 Amostra

A unidade população definida para o estudo foram as três escolas da rede estadual da cidade de Macapá. A partir desta seleção, procedeu-se a etapa de determinação de um subconjunto de amostra representativo deste universo. Para tal foi realizado um sorteio não intencional entre todos os indivíduos (alunos/estudantes) do ensino médio regularmente matriculado nas referidas escolas; total de 1.005, destes foram coletados os dados de 286 alunos. As três escolas pesquisadas possuem características similares, existindo entre os alunos homogeneidade, não podendo, desta forma, ser possível a estratificação por escola e nem a comparação entre elas.

3.1.7 Amostragem

A tipologia de amostragem adotada nesta pesquisa foi a aleatória simples. De acordo com Barbetta (2002, p.45) “. Estas amostragens são particularmente interessantes por permitirem a utilização das técnicas clássicas de inferência estatística, facilitando a análise dos dados e fornecendo maior segurança ao generalizar resultados da amostra para a população”. Conforme Barbetta, Reis e Bornia (2004) com esse procedimento todo subconjunto de (n) elementos tem a mesma chance de fazer parte da amostra. A aleatoriedade da amostra reduz as chances desta, ser tendenciosa.

Neste estudo o N= 1005 alunos. Construiu-se uma tabela de números aleatórios de quatro dígitos (exemplo: 0000,... 0010, ..0025,..0180, 0200..) associados a cada elemento da população (exemplo: 0000=1, 0010=9, ..0025=24,..0180=179, 0200=199.., considerando que temos 1005 elementos iniciamos a numeração por 0000 até 1005. Para realização do sorteio utilizou-se a tabela elaborada no *Microsoft Excel*, onde foi feito o agrupamento de 4 em 4 números, pois nosso universo era de quatro dígitos. Fez-se o sorteio começando de qualquer ponto da tabela na vertical ou na horizontal, até atingir o tamanho de N igual a 286. Os números sorteados de forma repetida foram descartados, pois optou-se pelo sorteio sem reposição.

3.1.8 Operacionalização da Variável

Quadro 2 – Operacionalização da variável.

VARIÁVEL	CONCEITUALIZAÇÃO	DIMENSOES	INDICADORES	INSTRUMENTOS
Condição de vida dos alunos.	<p>“...conjunto de circunstâncias que determinam o estado de uma pessoa ou uma coisa”. (Dicionário de Oxford Linguagens); “...situação ou circunstância indispensável para a existência de outra”; “... estado ou situação em que se encontra alguém ou algo...” (RAE); “... a percepção que cada indivíduo tem de sua posição na vida no contexto do sistema cultural e dos valores no que vive, em relação com suas metas, expectativas, estândares e preocupações...” (OMS, citado por Nava Galán, 2012:130).</p> <p>A condição social é um termo que admite a análise múltipla de fenômenos sociais como desigualdade, vulnerabilidade social e do ambiente familiar entre outros. Por sua vez, a condição econômica representa uma série de fatores que compreende informações de cunho econômico de uma população ou grupo social dentre os vários elementos. Tem-se renda, pobreza e trabalho. Por fim, a condição cultural pode ser entendida como a representação das características culturais determinantes de uma população ou grupo social, por exemplo, características como etnia, crença e diversidade cultural entre outras. (IBGE, 2017; IBGE, 2018; UNESCO, 2001; 2009).</p>	Condição Social	1) Desigualdade social (condições de habitação, saneamento, sistema de igualdade social e outros). 2) Vulnerabilidade social 3) Ambiente familiar	Questionário
		Condição Econômica	1) Renda (renda familiar). 2) Pobreza 3) Trabalho	Questionário
		Condição Cultural	1) Etnias 2) Crenças 3) Diversidade cultural	Questionário

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

3.1.9 Técnicas, instrumentos e procedimentos para coleta de dados

Devido à pesquisa consistir em uma abordagem com enfoque quantitativo, as técnicas adotadas correspondem a uma entrevista estruturada tendo por instrumento de coleta de dados um questionário; também, foi feito o compilamento de dados secundário de plataformas institucionais tais como: IBGE, ATLAS BRASIL; INEP;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e outras plataformas que apresentarem dados importantes à pesquisa, que sejam institucionais e figurem fontes confiáveis.

3.1.10 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados da pesquisa foi um questionário semiestruturado e foi elaborado pelo pesquisador. As questões elaboradas no instrumento foram formuladas em torno do atendimento dos objetivos da pesquisa e dentro do enquadramento das dimensões definidas na pesquisa. A coleta de dados deu-se dentro dos parâmetros éticos da pesquisa e foi assegurado aos participantes o seu anonimato, assim como a garantia da confidencialidade das informações repassadas. Para validação do instrumento de coleta de dados foi aplicado o pré-teste do questionário, tendo participado um pequeno grupo de 10% de alunos investigados de cada escola. Após o pré-teste foram modificadas algumas perguntas, e outras, retiradas devido à falta de clareza da pergunta. Em seguida foi feita análises simples dos dados por porcentagem simples da estatística descritiva.

3.1.11 Procedimento de coleta de dados

Foi feita visita prévia nas instituições de ensino para realização dos procedimentos padrões, como entrega do Ofício com solicitação de autorização da direção da escola para execução da pesquisa junto a seus alunos. Posteriormente foi entregue o Termo de Autorização Livre Esclarecido e o instrumento de coleta de dados (Questionário) para o preenchimento individual feito pelos alunos. O pesquisador fez uma explanação sucinta do objetivo da pesquisa e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento em caso de dúvidas sobre o preenchimento do questionário. Finalizou-se a ação com o recolhimento do instrumento da pesquisa e agradecimentos pela colaboração com o referido estudo.

3.1.12 Procedimentos para análise dos dados

Em primeira instância foi realizada a verificação, depuração, classificação e ordenamento dos dados coletados. Posteriormente a finalização da coleta de dados foi feita tabulação e aplicou-se a estatística dos dados obtidos que foram apresentados nos resultados em formas de gráficos e tabelas. Foi feita análise e interpretação dos resultados com aplicação da estatística descritiva a serem elaboradas no pacote

Office Microsoft Excel 2013 e em sequência foi feita uso *Office Microsoft Word 2013* para redação textual do trabalho.

3.1.13 Procedimentos para a apresentação, interpretação e discussão de dados

Após a geração dos resultados e produções de gráficos e tabelas, procedeu-se a análise estatística; sequencialmente foi feita a interpretação dos dados, considerando os objetivos estabelecidos na pesquisa. Buscou-se evidenciar às relações existentes entre as variáveis que responda aos problemas da pesquisa e possam ser fundamentados na relação com marco referencial conceitual e teórico acerca do fenômeno investigado. Desse modo, pretendeu-se apresentar as bases conceituais que explicassem os resultados atingidos na pesquisa, bem como, estes resultados, possam ser comparados e/ou corroborados por outros estudos já realizados.

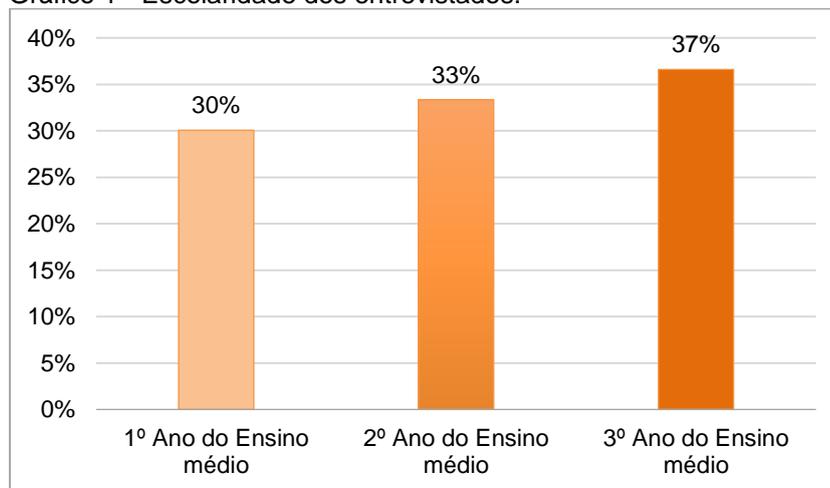
CAPÍTULO IV - MARCO ANALÍTICO

Este capítulo corresponde à apresentação dos objetivos alcançados pela pesquisa que foram enquadrados em três dimensões: 1) Condição social; 2) Condição econômica e 3) Condição cultural. A análise dos dados é apresentada pela descrição quantitativa da estatística gerada em cada dimensão a qual é associada aos aspectos teóricos abordados no estudo. A estruturação dos dados segue a ordem correspondente aos objetivos específicos da pesquisa que são:

- a) Identificar as condições sociais dos alunos do ensino médio da rede pública de ensino das escolas estaduais de Macapá;
- b) Identificar as condições econômicas dos alunos das escolas públicas estaduais de Macapá;
- c) Identificar as condições culturais dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá.

O público participante desse estudo foram alunos da rede pública que cursavam o primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio das escolas: 1) Escola Estadual Lucimar del Castillo; 2) Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida; 3) Escola Estadual Tiradentes. Nos três níveis de escolaridade o percentual de participação foi satisfatório à pesquisa (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Escolaridade dos entrevistados.

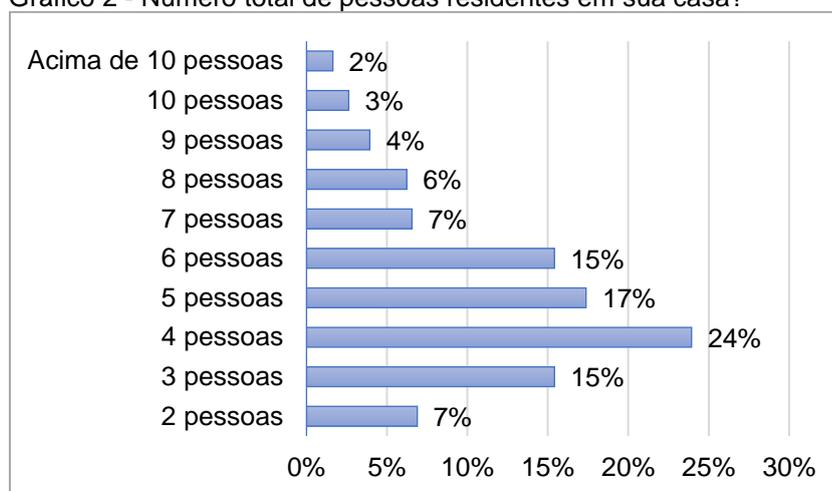


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

4.1 1ª Dimensão: condição social

O quantitativo de pessoas residentes por domicílio teve variação entre 2 e mais de 10 pessoas. Dentre os quais 24% dos entrevistados alegaram morar com 4 pessoas, 17% com 5 pessoas e 15% com 3 e 6 pessoas respectivamente. Os alunos vivem em residências que possuem em média geral entre 3 a 6 indivíduos como observa-se no Gráfico 2.

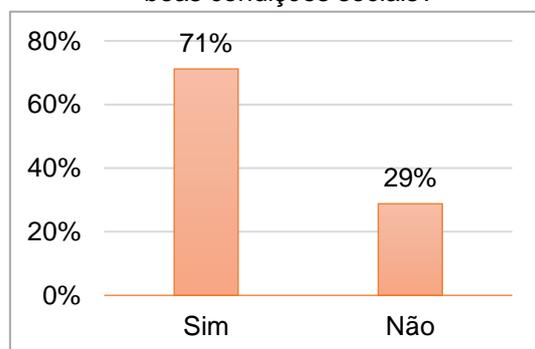
Gráfico 2 - Número total de pessoas residentes em sua casa?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

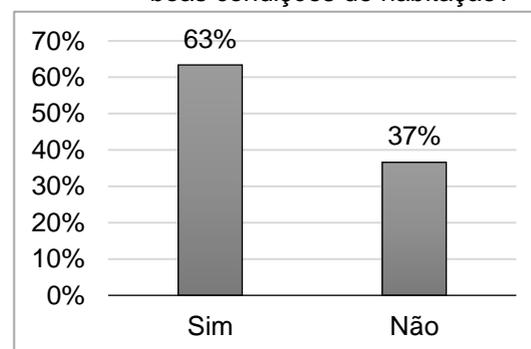
Em termos de condições sociais 71% dos entrevistados alegaram viver em boas condições (Gráfico 3), assim como 63% afirmaram possuir boas condições de habitação (Gráfico 4).

Gráfico 3 - Você diria que sua família possui boas condições sociais?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

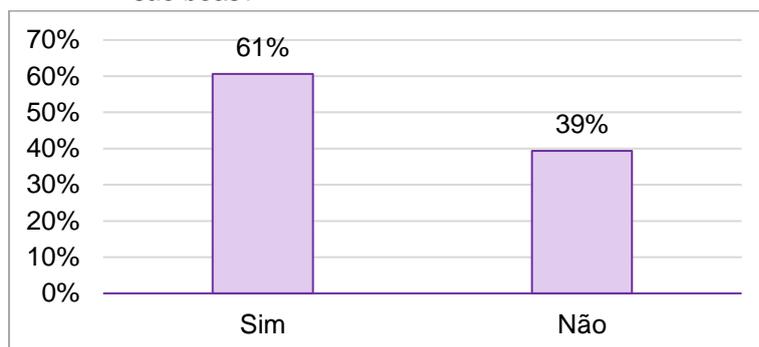
Gráfico 4 - Você diria que sua família possui boas condições de habitação?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As condições de saneamento básico vivenciada por 61% dos entrevistados são boas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Em seu domicílio as condições de saneamento básico são boas?

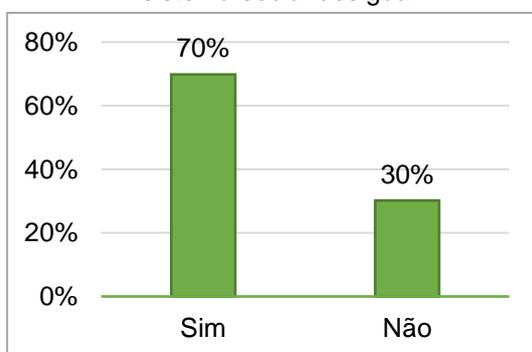


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em relação a indicadores acima descritos evidencia-se dos resultados que os alunos possivelmente não entendem a própria realidade que os cercam, pois suas indicações em relação à condições de saneamento, por exemplo destoam do cenário real, considerando que em 2020 o Instituto Trata Brasil registrou que apenas 10,78% da população macapaense tinha acesso a tratamento de esgoto e 37,56% à água tratada. Ainda, Macapá, no ranking de saneamento básico está na lista entre as 10 piores cidades do Brasil. Esse quadro não sofreu alteração significativa de 2020 a 2023.

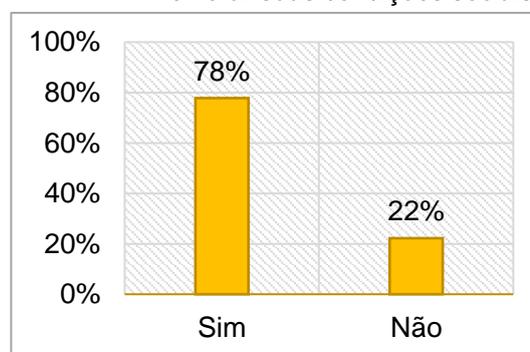
No tocante às desigualdades sociais 70% dos participantes deste estudo afirmaram fazer parte de um sistema social desigual (Gráfico 6). Assim como 78% alegaram fazer parte de um sistema que nega a eles oportunidades que propiciariam melhores condições sociais (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Você acha que faz parte de um sistema social desigual?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

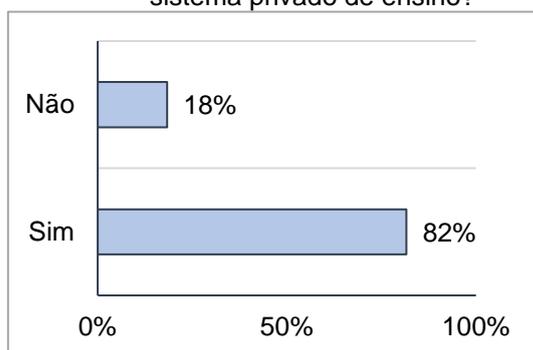
Gráfico 7 – Em se tratando da desigualdade social você considera que esse sistema nega a você as oportunidades que necessita para melhorar suas condições sociais?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

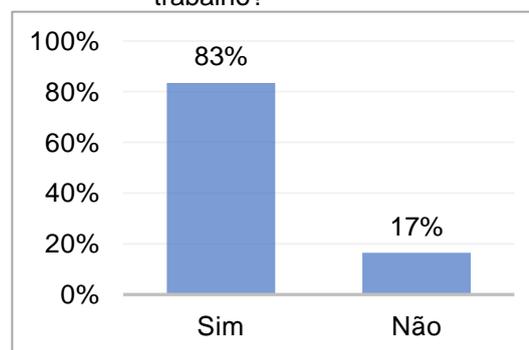
Quanto às desigualdades observadas entre o ensino público e o privado, 82% destacaram que o ensino público é desigual ao ser comparado com o ensino privado (Gráfico 8). Nesse contexto, 83% enfatizaram que tal condição social pode comprometer sua qualificação profissional e mesmo sua inserção futura no mercado de trabalho (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Você considera que a educação que recebe na escola pública é desigual se comparada ao sistema privado de ensino?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 9 – Em sua opinião a desigualdade social pode comprometer sua qualificação profissional e futura inserção no mercado de trabalho?

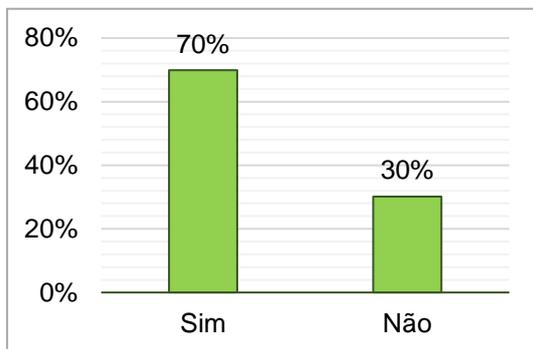


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os desequilíbrios e não igualdade de oportunidades apontadas pelos alunos entrevistados esbarram justamente nas desigualdades educacionais como grave problema vivenciado por toda sociedade brasileira que está diretamente associado à estrutura econômica do país e que tem a pobreza como sua expressão mais evidente. Diante desse contexto, uma educação de qualidade geradora de iguais oportunidades pode ser o instrumento para superação de tais condicionantes. A estatística apresentada pelos alunos deste estudo denota um problema grave na educação pública de Macapá que é a desigualdade social.

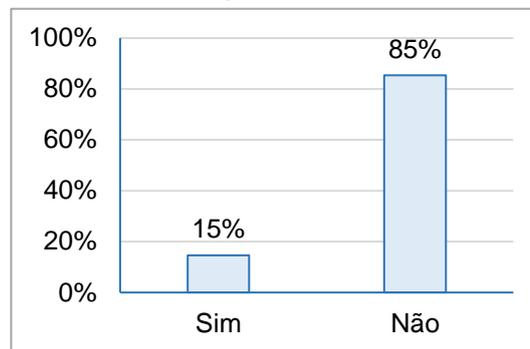
A compreensão do que significa vulnerabilidade social é entendida por 70% dos estudantes (Gráfico 10), sendo que apenas 15% afirmaram viver com suas famílias em situação de vulnerabilidade social (Gráfico 11).

Gráfico 10 - Você compreende o que é situação de vulnerabilidade social?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

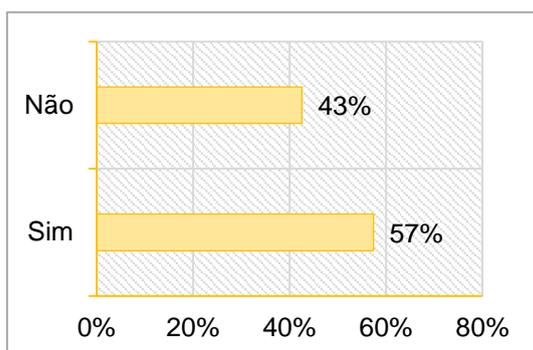
Gráfico 11 - Você e/ou sua família vivem em situação de vulnerabilidade?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

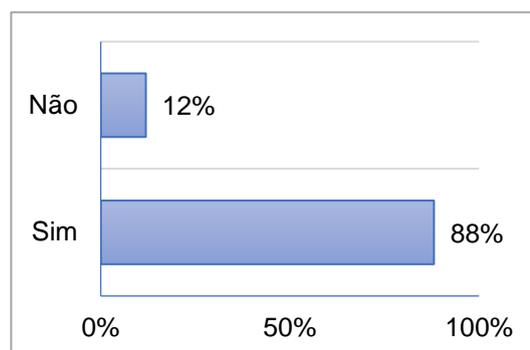
Nas escolas de 57% dos entrevistados foi observado alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social (Gráfico 12). Nesse contexto, 88% afirmaram que essa condição pode afetar o desempenho escolar dos alunos (Gráfico 13).

Gráfico 12 - Você tem conhecimento se na sua escola existem alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 13 - Em sua opinião, a situação de vulnerabilidade social pode comprometer o desempenho escolar do aluno?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A Vulnerabilidade social e exclusão são fatores característicos da desigualdade social. Neste sentido é interessante observar que os alunos entrevistados não consideram em sua maioria que vivem em situação de vulnerabilidade; porém quando vão indicar a percepção em relação a seus colegas, a estatística já muda. Outro elemento pertinente foi a conexão entre situação de vulnerabilidade e desempenho escolar, dado que o indicador apresentado mostra que 88% dos discentes entendem que existe uma relação entre os dois fatores e ela não é positiva.

As condições do ambiente familiar vivenciada por 63% e 90% de acordo com os entrevistados não corresponde a um ambiente conflituoso e nem violento (respectivamente). No entanto, 60% afirmaram não viver em um ambiente familiar com

condições excelentes, mas vivem em um ambiente familiar com boas condições, de acordo com 76% dos participantes da pesquisa (Tabela 1).

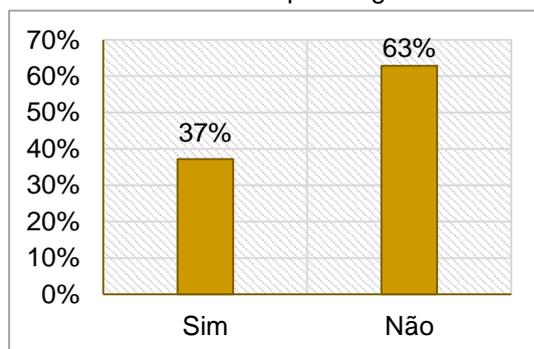
Tabela 1 – Condições do ambiente familiar dos entrevistados.

OPÇÕES	SIM	NÃO
Vive em ambiente familiar conflituoso (álcool, drogas lícitas e ilícitas)	37%	63%
Vive em ambiente familiar violento (agressões físicas e psicológicas)	10%	90%
Vive em ambiente familiar com condições excelentes (sem brigas, sem violência)	40%	60%
Vive em ambiente familiar com boas condições	76%	24%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

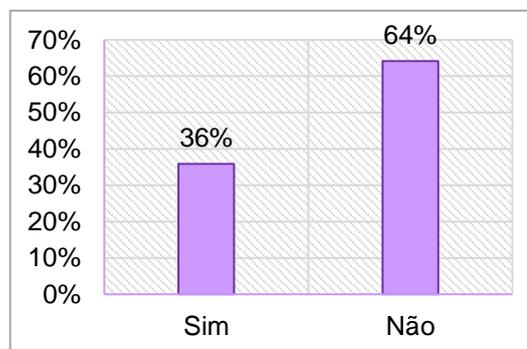
A violência física e/ou psicológica é vivenciada por 37% dos entrevistados (Gráfico 14), assim como 36% alegaram ocorrer ou ter ocorrido algum problema relacionado ao uso de drogas ilícitas por algum membro da família (Gráfico 15).

Gráfico 14 - Em seu ambiente familiar ocorre alguma situação de violência física e/ou psicológica?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

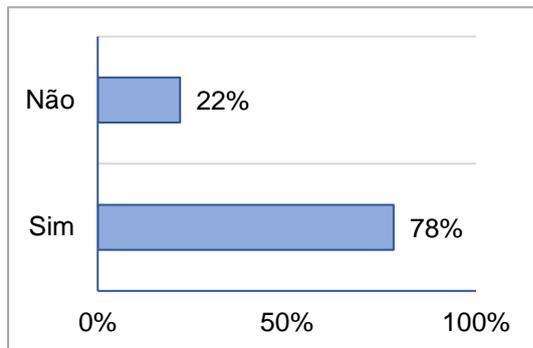
Gráfico 15 - Em seu ambiente familiar ocorre ou já ocorreu algum problema relacionado ao uso de drogas ilícitas por algum membro da família?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

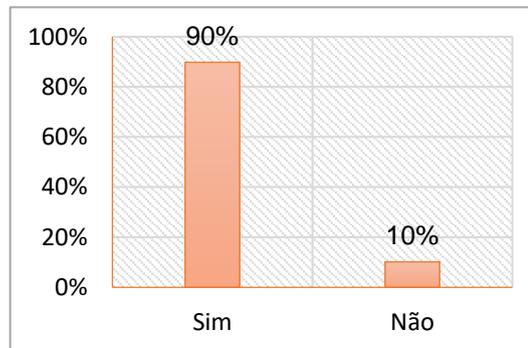
Com relação a problemas graves de saúde na família 78% afirmaram que vivenciam ou já vivenciaram tal situação (Gráfico 16). Nesse contexto, 90% evidenciaram que situações negativas ou de adversidades ocorridas no ambiente familiar comprometem o desenvolvimento educacional (Gráfico 17).

Gráfico 16 - Em seu ambiente familiar ocorre ou já ocorreu algum problema de saúde grave com algum membro da família?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 17 - Você considera que situações negativas ou de adversidades ocorridas no ambiente familiar pode comprometer o desenvolvimento educacional do aluno?

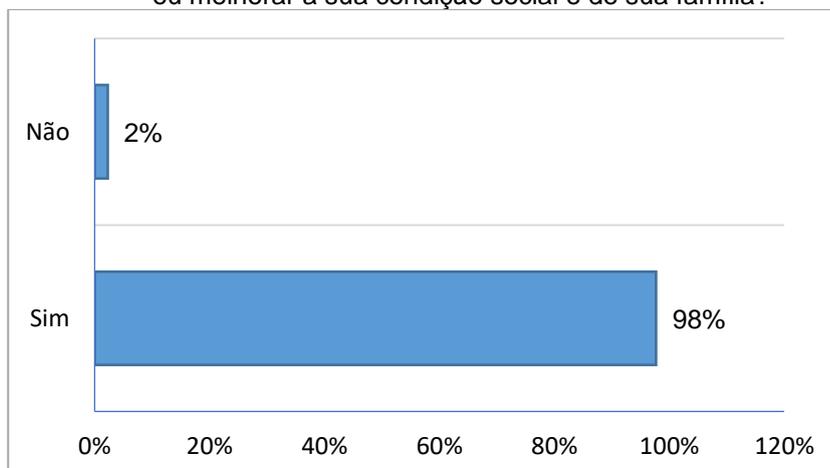


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Existe uma relação de influência indissociável entre família e escola. Ou seja, qualquer fator relacionado à situação familiar envolvendo problemas, torna parte da interação no âmbito da responsabilidade em oferecer garantias mínimas para que crianças e jovens tenham condições de se desenvolver. As famílias com problemas geram dificuldades de aprendizado para os indivíduos que enfrentam esses cenários, podendo afetar o desempenho escolar.

Ao serem questionados quanto à importância da educação, 98% consideraram-na como instrumento de mudança ou de melhoria para a sua condição social ou de sua família (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Você considera que através da educação você pode mudar ou melhorar a sua condição social e de sua família?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os alunos entrevistados entendem que a educação representa sim um instrumento de oportunidade capaz de reduzir as disparidades sociais, mudando suas

próprias realidades. Porém, é válido enfatizar que a efetividade deste cenário só se concretiza se tivermos uma educação universalmente de qualidade para todos os indivíduos, que não mais reproduza um sistema dual onde vigora uma educação para pobres a qual é inferior a ofertada para os ricos, além de retratar uma realidade injusta e desigual este fenômeno gera distanciamento do alcance das metas de contenção das desigualdades sociais.

Nesse contexto a violação do direito a uma educação de qualidade que nega a oportunidade de melhoria das condições sociais individuais e da mobilidade social precisa ser trabalhada em qualquer ação que visa à superação das desigualdades, uma vez que, conforme retratou o resultado da pesquisa nas escolas de Macapá, a educação foi apontada como meio para se alcançar a melhoria da condição social de alunos e seus familiares.

As discrepâncias sociais apresentada pelos alunos reforça a premissa discutida neste estudo de que as questões sociais são indissociáveis do direito à educação de qualidade. E sua falta de efetividade tem impacto tanto no processo de aprendizagem dos docentes quanto nas oportunidades de se desenvolver de forma plena. Portanto, a superação das desigualdades sociais coloca a educação no centro do âmbito da consolidação dos direitos sociais. Assim, a educação torna-se instrumento fundamental para ultrapassar as condições de pobreza e para isso a educação deve ser democrática e pensada de modo a oferecer oportunidades iguais para todos.

4.2 2ª Dimensão: condição econômica

De modo geral a situação da renda familiar dos estudantes é considerada vulnerável para 26% dos entrevistados, 72% indicaram que é boa, demais 25% alegaram ser ruim, enquanto 77% afirmaram ser excelente (Tabela 2).

Tabela 2 – Situação da renda familiar.

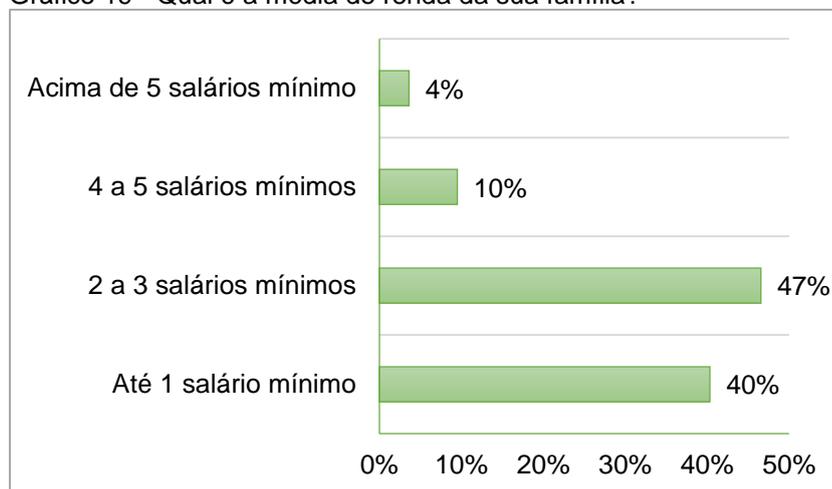
OPÇÕES	SIM	NÃO
A situação da renda familiar é vulnerável	26%	74%
A situação de renda da família é boa	72%	28%
A situação de renda da família é ruim	25%	75%
A situação de renda da família é excelente	23%	77%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os dados sobre a renda apontam para um cenário pouco favorável vivenciada pelos estudantes em relação a tal indicador, pois ao analisar a renda familiar vulnerável a qual caracteriza-se pela renda per capita familiar entre R\$ 105 e 210 por indivíduo, a renda familiar ruim, a inferior a 50% da salário mínimo, valor menor ou igual a R\$ 606,00, a renda familiar boa, a que é igual ou maior que um salário mínimo por indivíduo, R\$ 1.212,00 e por fim, a renda familiar excelente, sendo a proporção de renda igual ou superior a três salários mínimos por pessoa, R\$ 3.636. Pontua-se que a média geral demonstra que a maior parcela dos alunos mesmo que tenha condição considerada boa, acende um alerta para a capacidade de compra das famílias não ter valor suficiente para atender a todas as suas necessidades básicas: alimentação, saúde, educação, lazer e outras.

A renda média familiar dos estudantes entrevistados é de 2 a 3 salários mínimos, seguido daqueles que recebem até 1 salário mínimo (Gráfico 19). Observando os dados do IBGE Cidades (2020), nota-se, que as informações prestadas pelos estudantes, não fogem muito da realidade do estado do Amapá que no ano de 2020 apresentava uma renda média mensal dos trabalhadores formais de 1,5 salários mínimos.

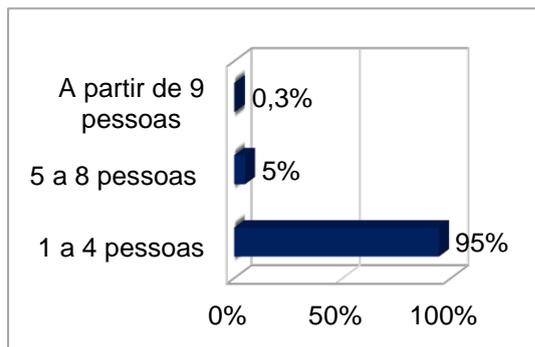
Gráfico 19 - Qual é a média de renda da sua família?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

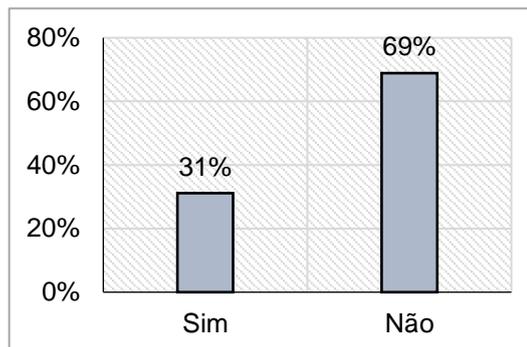
Em relação à contribuição dos membros da família para a renda familiar 95% alegaram que 1 a 4 pessoas contribuem (Gráfico 20). Quanto à participação dos estudantes na renda familiar observou-se que apenas 31% contribuía (Gráfico 21).

Gráfico 20 - Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

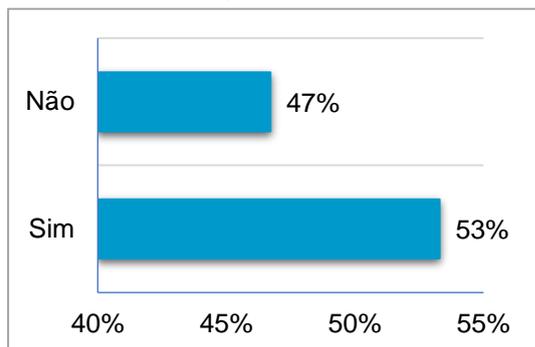
Gráfico 21 - Você contribui com a renda familiar?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

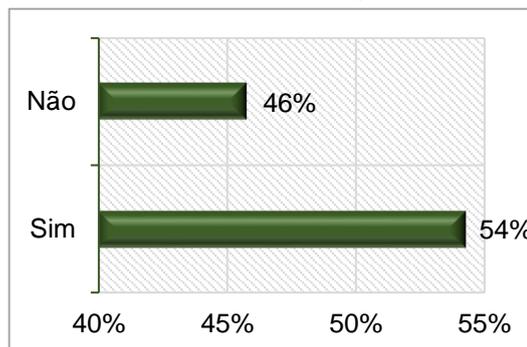
Apesar de 53% dos estudantes enfatizarem que a renda da família é suficiente para atender às necessidades que possuem (Gráfico 22), 54% consideram que economicamente sua família é pobre (Gráfico 23).

Gráfico 22 - Você considera que a renda de sua família é suficiente para atender as necessidades que você possui?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 23 - Você considera que economicamente em termos de renda a sua família é pobre?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No tocante à situação de pobreza, 80% dos estudantes declararam que são pobres, mas possuem todas as necessidades básicas atendidas, logo somente 22% destacaram que são pobres e não possuem suas necessidades básicas atendidas e 21% os que afirmaram serem pobres e viverem em situação financeira vulnerável (Tabela 3).

Tabela 3 – Em se tratando da situação de pobreza você diria que sua família apresenta quais condições?

OPÇÕES	SIM	NÃO
Somos pobres, mas temos todas as nossas necessidades básicas atendidas.	80%	20%

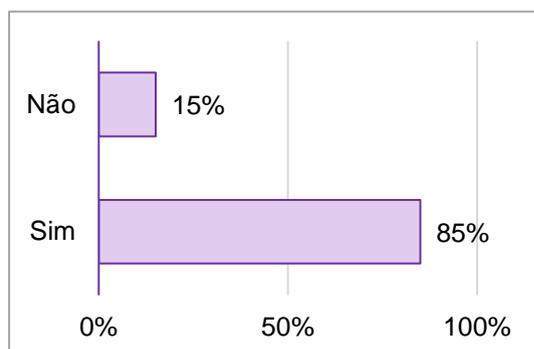
Somos pobres e não temos nossas necessidades básicas atendidas	22%	78%
Somos pobres e vivemos em situação financeira vulnerável	21%	79%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O fato da desigualdade de renda eleva os níveis de pobreza e impossibilita acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania, realidade enfrentada pelas famílias macapaenses. A situação de pobreza, ameaça a garantia dos direitos fundamentais. No caso desse estudo, a educação é posta dentre estes direitos. Um aluno que abandona a escola, porque precisa trabalhar para ajudar na renda familiar, por exemplo, não teve esse direito garantido pelo estado democrático. Em suma, ter renda suficiente ao atendimento das necessidades da família passa a ser requisito básico para manter esse aluno na escola e assegurar uma educação efetiva e emancipadora para todos.

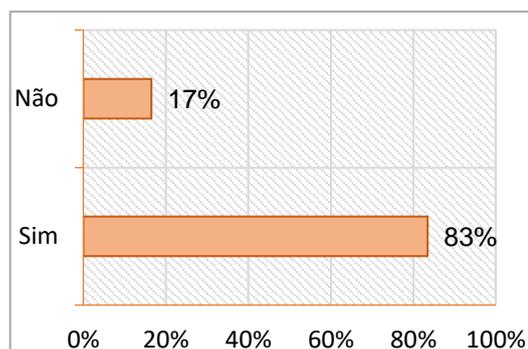
Conforme 85% dos estudantes se sua família não fosse pobre estes teriam melhores oportunidades de ascensão social (Gráfico 24). Inclusive 83% destacaram que a situação de pobreza influencia no desenvolvimento social do aluno (Gráfico 25).

Gráfico 24 - Em sua opinião considera que se sua família não fosse pobre você teria melhores oportunidades de ascensão social?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

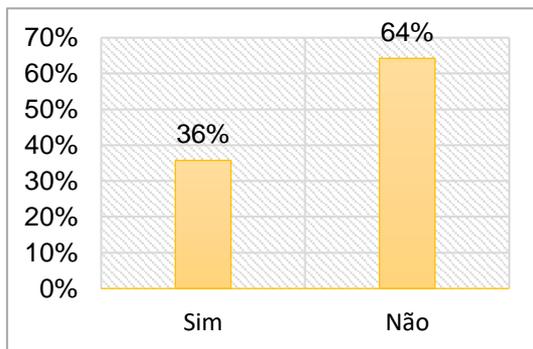
Gráfico 25 - Você considera que a situação de pobreza compromete o desenvolvimento social de um aluno?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

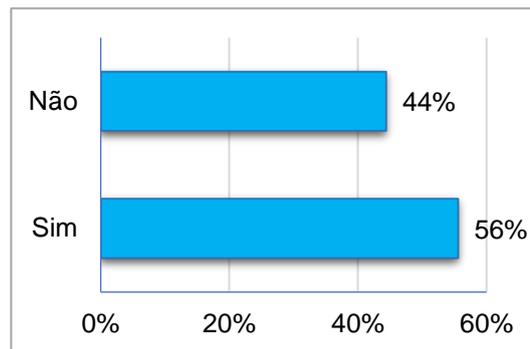
Quanto à participação na renda familiar, constatou-se que 36% dos estudantes trabalham (Gráfico 26), ou seja, contribuem com a renda da família. Assim ao serem questionados quanto a sua qualificação para o mercado de trabalho 44% considerou não ser qualificado (Gráfico 27).

Gráfico 26 - Você trabalha ou executa alguma atividade com remuneração?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 27 - Você considera que está qualificado para o mercado de trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Apesar de 56% ter alegado (Gráfico 27) ser qualificado para o mercado de trabalho, observou-se que apenas 29% fizeram cursos profissionalizantes, 24% cursos técnicos, 11% tiveram experiência de estágios profissionais, 16% participaram do Projeto Jovem Aprendiz, 8% em Projeto Jovem Empreendedor e 6% participaram ou desenvolveram Projetos de inovação (Tabela 4).

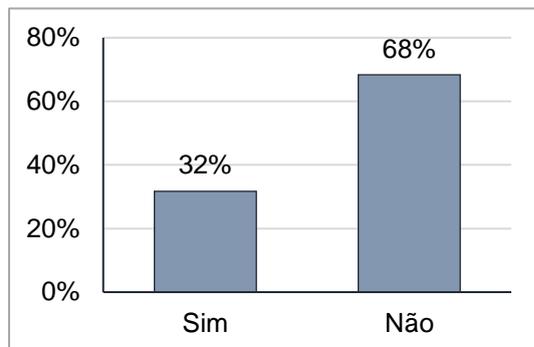
Tabela 4 – Qualificação do estudante para o mercado de trabalho.

OPÇÕES	SIM	NÃO
Cursos profissionalizantes	29%	71%
Cursos técnicos	24%	76%
Experiência de estágios profissionais	11%	89%
Participação em Projeto Jovem Aprendiz	16%	84%
Participação em Projeto Jovem Empreendedor	8%	92%
Participa ou desenvolve Projetos de Inovação	6%	94%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

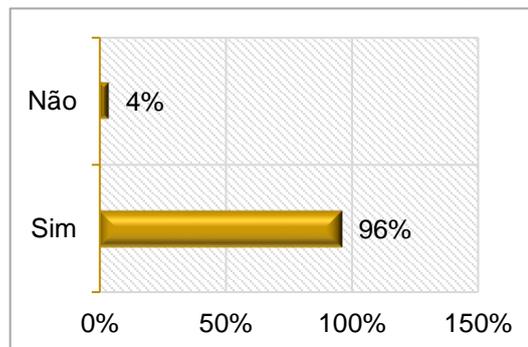
De acordo com 68% dos estudantes o sistema educacional não ofereceu todas as condições necessárias para o desenvolvimento e inserção desses jovens no mercado de trabalho (Gráfico 28). Mas de acordo com 96% desses estudantes é por meio da educação que poderão mudar ou melhorar a sua condição econômica e a de sua família (Gráfico 29). Dieese (2011) menciona em seu trabalho que o sistema educacional brasileiro não é capaz de qualificar com eficiência os jovens para atender às demandas do mercado de trabalho. Macapá apresenta essa configuração como identificou-se nesta pesquisa. Diante do exposto entende-se que falta de apoio para inserção a postos de trabalhos geram situações de precariedade sem proteção social que fomentam ainda mais a situação de pobreza entre os jovens macapaenses.

Gráfico 28 - Em sua opinião o sistema educacional como um todo ofereceu a você todas as condições para o seu pleno desenvolvimento e inserção no mercado de trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 29 - Você considera que através da educação você pode mudar ou melhorar a sua condição econômica e de sua família?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As condições econômicas são marcadores de situação de desigualdade. A renda é o indicador que demonstra uma enorme discrepância de desigualdade da população brasileira. A pobreza e miséria que estão diretamente relacionadas a ter renda suficiente para garantir qualidade de vida. Pode-se perceber na educação uma alternativa de ampliação das oportunidades dos grupos de baixa renda para alcançar qualificação que viabilize a melhoria de sua posição social. Os níveis educacionais acabam sendo definidores das condições, tipo de trabalho e categoriza piso salarial entre cargos e profissões exercidas. Logo, torna-se evidente que o nível educacional do indivíduo é um fator que pode viabilizar que este ocupe os melhores postos de trabalho, atingindo maior valor de remuneração de tal modo que a educação passa a ser um ativo para mobilidade social.

Desse modo, compreende-se que as políticas voltadas à melhoria dos indicadores de educação em Macapá perpassam obrigatoriamente por ações que atravessem ou integrem ações vinculadas ao desenvolvimento dos indicadores econômicos que consiga quebrar o paradigma da meritocracia, removendo os obstáculos que comprometem o pleno desenvolvimento social jovens macapaenses.

4.3 3ª Dimensão: condição cultural

Quanto às características culturais da família do estudante, 55% alegaram não possuir pluralidade em termos de gênero, 52% e 62% que possuem pluralidade em termos étnicos e de crença religiosa, respectivamente, e 57% não possuem pluralidade em termos artísticos (Tabela 5).

Tabela 5 – Característica cultural que a família do estudante pode possuir.

OPÇÕES	SIM	NÃO
Pluralidade em termos de gênero	45%	55%
Pluralidade em termos étnicos	52%	48%
Pluralidade em termos de crença (religião)	62%	38%
Pluralidade em termos artísticos	43%	57%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No que diz respeito às condições culturais do estudante 73% enfatizaram que possuem liberdade de expressão cultural e artística, 74% liberdade de crença (religião), 69% e 70% sentem que são tratados com igualdade de gênero e igualdade étnica (respectivamente); assim apenas 21% é tratado com total desigualdade por conta de suas características culturais (Tabela 6).

Tabela 6 – Condições culturais do estudante.

OPÇÕES	SIM	NÃO
Possui liberdade de expressão cultural e artística	73%	27%
Possui liberdade de crença (religião)	74%	26%
Sente que é tratado com igualdade de gênero	69%	31%
Sente que é tratado com igualdade étnica	70%	30%
É tratado com total desigualdade por conta de suas características culturais	21%	79%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quanto ao acesso à cultura 57% dos estudantes não têm garantido acesso democrático à cultura, 55% alegaram que as suas condições sociais e econômicas não geram oportunidades de acesso à cultura, 52% afirmaram que a cultura não é um aspecto valorizado no seu ambiente familiar, assim como 51% informaram que o sistema educacional não viabiliza condições de desenvolvimento cultural e não gera condições de acesso à cultura (respectivamente) (Tabela 7).

Tabela 7 - Sobre o acesso à cultura na sua realidade.

OPÇÕES	SIM	NÃO
Não tenho garantido participação em eventos culturais	43%	57%
As minhas condições sociais e econômicas não geram oportunidades em eventos culturais	45%	55%

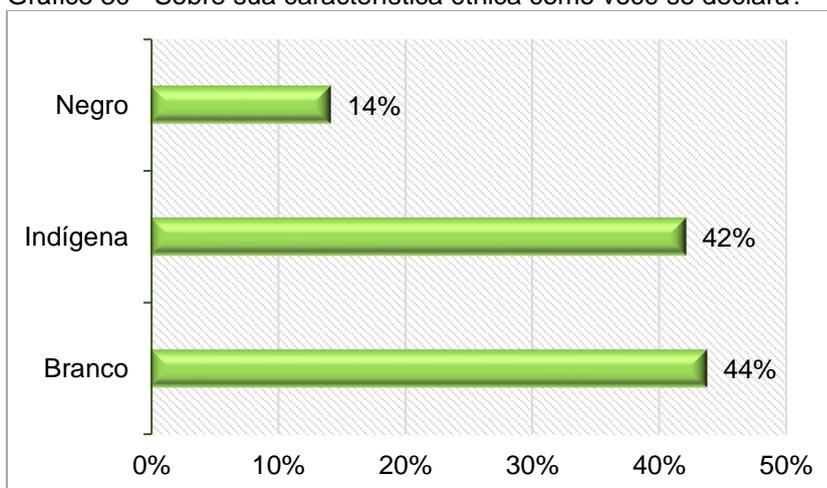
A cultura não é um aspecto valorizado no meu ambiente familiar	48%	52%
O sistema educacional não viabiliza condições desenvolvimento cultural	49%	51%
O sistema educacional gera condições de participação na cultura	49%	51%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os resultados apontam para falhas do estado no cumprimento das garantias institucionais no que tange ao direito que todo cidadão brasileiro tem ao pleno exercício dos direitos culturais às fontes da cultura a qual pode ser considerada como instrumento da educação. Diante disso, pontua-se que esse instrumento não está sendo efetivamente ofertado para uma parcela importante dos estudantes de Macapá. A não acessibilidade à cultura também gera exclusão e desigualdade. Nesse contexto, é possível notar que as desigualdades e a intolerância contra a diversidade humana se fortalecem justamente no interior das relações excludentes do multiculturalismo.

Quanto às características étnicas dos estudantes 44% se declaram brancos, enquanto 42% indígenas (Gráfico 30). Interessante observar que apesar da população do Amapá segundo o IBGE ser em maioria composta por pessoas pretas, pardas e indígenas em relação ao caráter étnico há predomínio da etnia branca. A hegemonia da cultura branca é um marcador, mas a identidade com a etnia indígena é um fator notável, especialmente, no que diz respeito, a valorização étnica dos aspectos culturais do povo da região amazônica.

Gráfico 30 - Sobre sua característica étnica como você se declara?

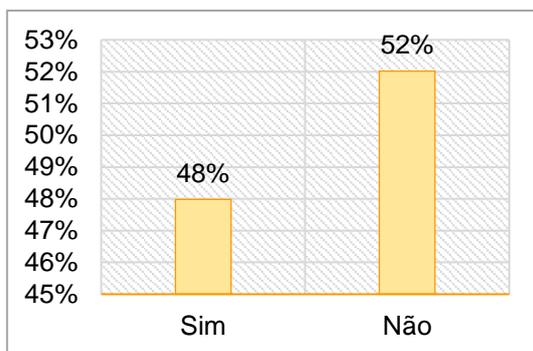


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com relação à etnia constatou-se que 52% dos estudantes não tiveram seus direitos sociais garantidos (Gráfico 31). Diferentemente dos 64% que afirmaram não

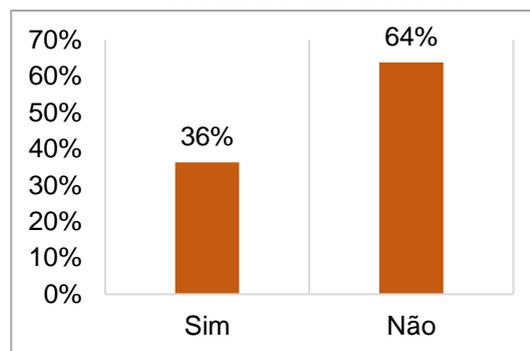
se sentir ou ter sentido que foram prejudicados alguma vez em suas relações sociais devido suas características étnicas (Gráfico 32).

Gráfico 31 - Em relação a sua etnia considera que teve todos os seus direitos sociais garantidos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

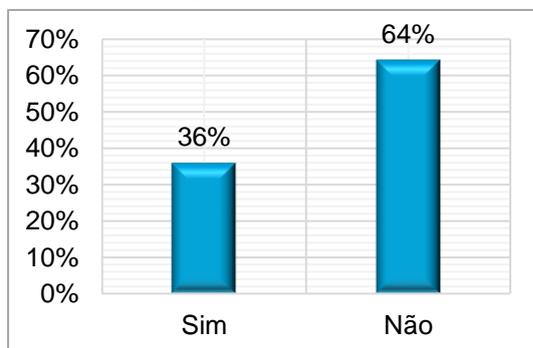
Gráfico 32 - Você se sente ou alguma vez já se sentiu prejudicado nas suas relações sociais por conta de sua característica étnica?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

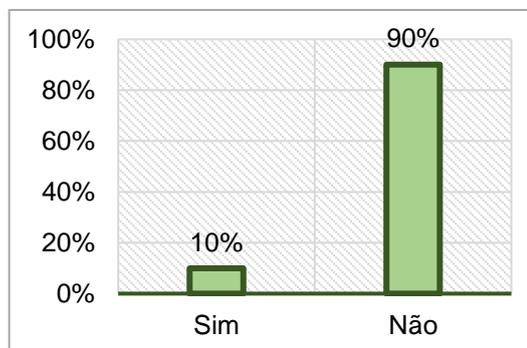
Quando indagados sobre as políticas públicas desenvolvidas no Brasil que gerem benefícios por conta das características étnicas de grupos sociais, constatou-se que apenas 36% possuíam conhecimento sobre o assunto (Gráfico 33). A situação é agravada quando perguntados se tiveram acesso a alguma dessas políticas públicas, pois nesse caso somente 10% acessaram (Gráfico 34).

Gráfico 33 - Você tem conhecimento de políticas públicas desenvolvidas em seu país que gere benefícios por conta das características étnicas de grupos sociais?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 34 - Você já acessou alguma política pública exclusiva para as pessoas do seu grupo étnico?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em relação aos aspectos anteriormente descritos, observa-se que o sistema educacional brasileiro falha no que tange à democracia cultural, à manutenção dos direitos que visam à igualdade das minorias. Vê-se no resultado do estudo que isso

se traduz nas desigualdades étnicas e de gênero apontadas pelos estudantes de Macapá. Esta realidade denota que a exclusão social também é elemento condutor de desigualdade social na diversidade cultural. Quando a exclusão gera elitismo cultural com privilégios para pessoas brancas e ricas e na contramão disso constituem as desigualdades entre etnias, entre homens e mulheres e entre classes sociais, percebe-se que estas são engrenagens que compõem e movimentam as estruturas excludentes e desiguais.

Logo, infere-se que o sistema educacional como um todo precisa levar em consideração essas estruturas para trabalhar políticas públicas para educação que cheguem na raiz do problema, uma vez que as relações desiguais estão presentes nos espaços educacionais. Tais questões não podem ser ignoradas já que elas vão impactar e/ou interferir no processo de desenvolvimento dos estudantes, as ações devem se desdobrar em políticas públicas permanentes.

Quanto às crenças ou doutrinas religiosas que seguem, 37% afirmaram serem protestantes, 36% católicos, 10% não responderam, 3,9% e 3,6% afirmaram ser da umbanda e espírita, respectivamente (Tabela 8).

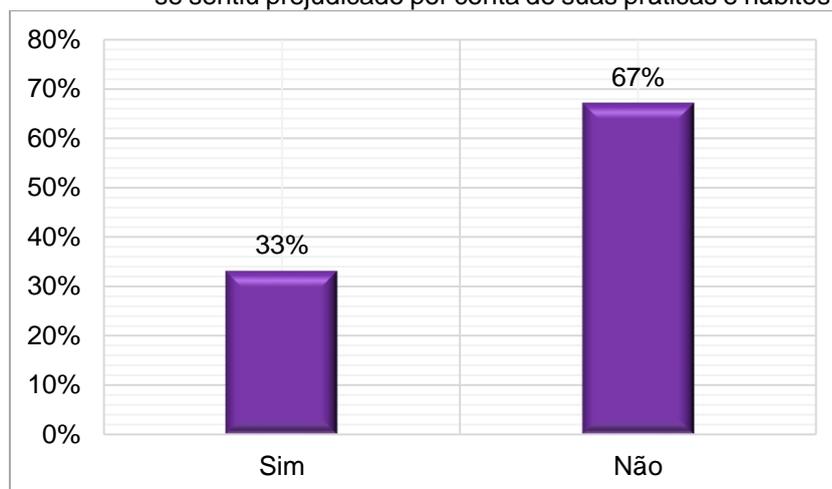
Tabela 8 - Que tipo de crença ou doutrina religiosa você exerce?

Que tipo de Crença ou Doutrina religiosa você exerce?	Frequência relativa
Protestante	37%
Católico	36%
Não respondeu	10%
Umbanda	3,9%
Espírita	3,6%
Ateu	2,6%
Outros	2,3%
Testemunha de Jeová	1,3%
Não possui	1,0%
Adventista	0,3%
Agnóstico	0,3%
Candomblé	0,3%
Judeu	0,3%
Missionico	0,3%
Wica	0,3%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para 67% dos estudantes suas práticas e hábitos referentes as suas crenças até o momento não os prejudicaram (Gráfico 35).

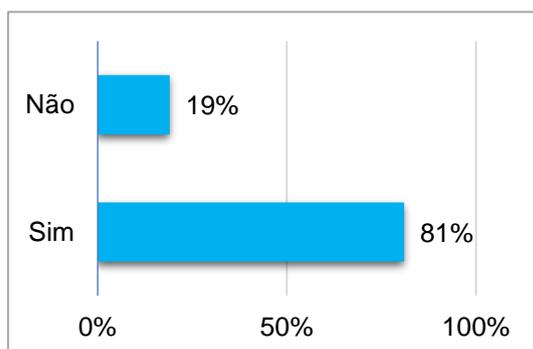
Gráfico 35 - Em relação a crença que você exerce, de alguma forma já se sentiu prejudicado por conta de suas práticas e hábitos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

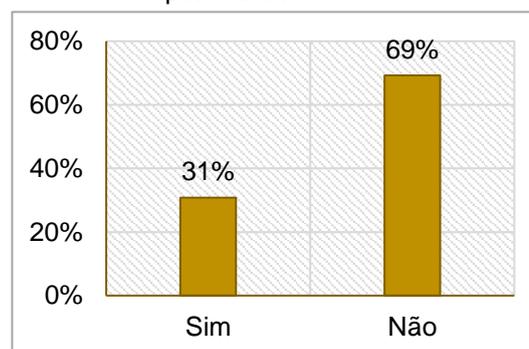
Conforme 81% dos estudantes sua crença é importante para ao desenvolvimento de seus valores e isso lhe ajuda a exercer melhor sua cidadania (Gráfico 36). No entanto, de acordo com 69% suas crenças/convicções e hábitos religiosos não são compreendidos por todos nas suas relações sociais (Gráfico 37).

Gráfico 36 - Sobre sua crença você considera que ela é importante para o desenvolvimento de seus valores e isso lhe ajuda a exercer melhor sua cidadania?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

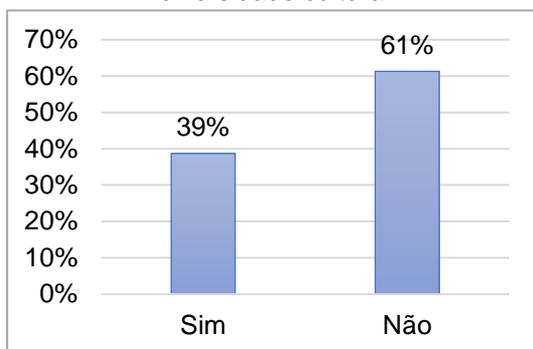
Gráfico 37 - Nas suas relações sociais você considera que suas crenças/convicções e hábitos religiosos são compreendidos por todos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

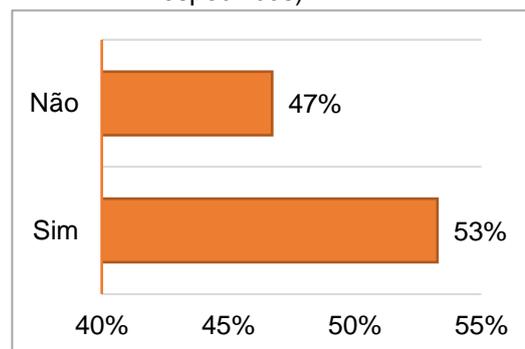
Conforme 61% dos estudantes a sociedade da qual faz parte não compreende, tão pouco aceita as diferenças relacionadas à diversidade cultural (Gráfico 38). Inclusive, 53% dos estudantes afirmaram que já foram ou se sentiram excluídos devido suas características de diversidade cultural (Gráfico 39).

Gráfico 38 - Em sua opinião a sociedade na qual você está inserido compreende e aceita as diferenças relacionadas à diversidade cultural?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

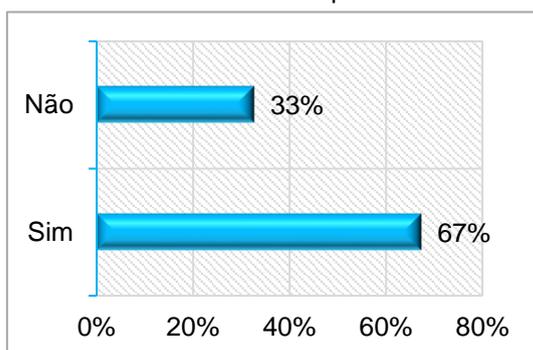
Gráfico 39 - Você já foi ou se sentiu excluído por conta de características de diversidade cultural (modo de vestir, comer, falar, hábitos específicos).



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

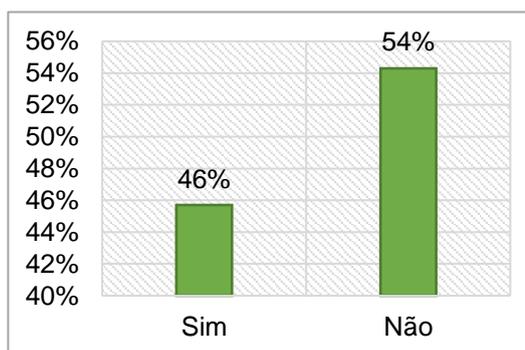
Foi observado por 67% dos estudantes, preconceito ou discriminação relacionados à diversidade cultural das pessoas por parte daqueles que fazem parte de seu convívio social (Gráfico 40). Porém somente 47% dos estudantes ou algum membro de sua família já sofreram preconceito ou discriminação quanto as suas características culturais (Gráfico 41).

Gráfico 40 - Você considera que no seu convívio social existe preconceito ou discriminação relacionados a diversidade cultural das pessoas?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

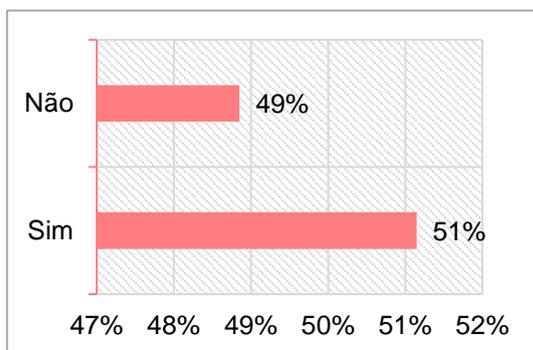
Gráfico 41 - Você ou algum membro de sua família já sofreu algum preconceito ou discriminação devido as suas características culturais?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

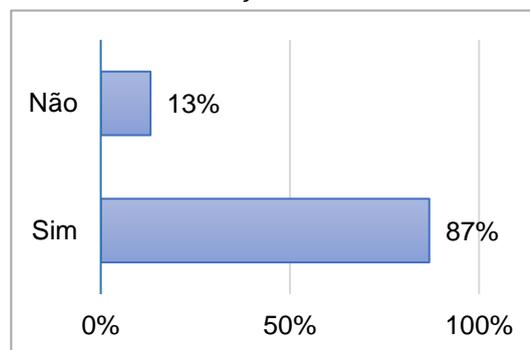
Para 51% dos estudantes as questões relacionadas a sua diversidade cultural podem afetar seu desenvolvimento na escola (Gráfico 42). De acordo com 87% o sistema educacional pode contribuir para a melhoria de suas condições culturais (Gráfico 43).

Gráfico 42 - Em sua opinião as questões referentes a diversidade cultural do estudante podem afetar seu desenvolvimento educacional?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 43 - Você considera que o sistema educacional pode contribuir para melhoria das suas condições culturais?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os resultados deste estudo servem para reforçar a premissa de que a cultura é sim um componente ativo da vida de todo cidadão, que todo indivíduo sem exceção é dotado de cultura.

Por isso a diversidade cultural deve ser compreendida pelo sistema educacional, integrada as suas práticas pedagógicas para que os seus elementos no processo de ensino e aprendizagem configure uma educação inclusiva e igualitária.

Entende-se que desenvolvimento econômico, social e cultural, não pode ser alcançado sem o desenvolvimento educacional. A educação como foi apresentada na discussão traçada neste estudo é apontada como instrumento primordial de transformação e superação de questões atreladas às desigualdades; os alunos das escolas públicas de Macapá que fizeram parte do estudo, em sua maioria, apontaram a educação como o meio para atingir seu desenvolvimento tanto na esfera econômica, quanto social e cultural.

CAPITULO V - CONCLUSÃO

O capítulo V traz como destaques os elementos mais significativos do marco analítico que denotam as informações levantadas na pesquisa e os seus objetivos alcançados. O foco da narrativa é apontar caminhos importantes a serem trilhados no que diz respeito à organização de novas estratégias para o desenvolvimento de um sistema educacional menos desigual para alunos da rede pública de ensino de Macapá.

5.1 Conclusão geral

Com base nos resultados alcançados, neste estudo, sobre de vida dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá, desde sua própria perspectiva, conclui-se que os participantes da pesquisa em maior parcela consideram no geral que possuem condição social boa, fato que denota uma percepção míope de sua própria realidade.

Estes indivíduos alegam entender o que é situação de vulnerabilidade e consideram que esta é uma condição que compromete o desempenho escolar dos alunos. Percebe-se que a desigualdade analisada sob a ótica da composição do sistema educacional é como uma cebola que possui muitas camadas que protegem o “miolo” onde está o broto (garantia de perpetuação/reprodução) e só podem existir a partir dele e é essa estrutura que se faz presente no quadro do ensino público estadual de Macapá. A desigualdade social é o broto encoberto por camadas de vulnerabilidade, negação de oportunidades e de direitos fundamentais, manutenção de hierarquias entre outros elementos de natureza social.

Ademais é relevante pontuar-se que a educação é o fator gerador de esperança para alunos de Macapá que acreditam 98% na educação como caminho a ser trilhado para mudar ou melhor a sua condição social e de sua família.

Sobre as condições econômicas dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá, a média geral de renda fica entre 1 a 3 salários mínimos. Há de se pensar se este valor é de fato suficiente para atender todas às necessidades de cada membro. Outro ponto interessante é que em termos de renda, mesmo diante das condições indicadas, 46% destes alunos não considera que sua família seja pobre. Diante disso se tem um indicativo de que é preciso buscar

desvendar que ideia/ concepção os alunos têm do que é para eles pobreza; se eles alegam não ser pobres por terem um entendimento diferenciado do que se configura como pobreza ou o fazem em negação a sua própria condição. Nota-se que 85% dos entrevistados informaram que se sua família não fosse pobre, estes teriam melhores oportunidades de ascensão social e mais 83% destacaram que a situação de pobreza influencia no desenvolvimento social do aluno. Isso leva à conclusão de que eles provavelmente entendem sobre sua condição econômica. Resta pensar em outros estudos que possam responder, o porquê eles omitem/rejeitam os fatos de sua real condição econômica.

Em tratando-se da condição cultural dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Macapá, o acesso à cultura não faz parte da realidade de 57% dos alunos e a negação desse direito resulta da negação de direitos sociais e econômicos, pois é negado acesso democratizado à cultura. Concomitante a isso identificou-se que 51% dos alunos informaram que o sistema educacional não viabiliza condições de desenvolvimento cultural e não gera condições de acesso à cultura. Porém 87% dos estudantes entendem que a sistema educacional pode contribuir para melhoria de suas condições culturais. A teoria não coincide com a realidade atual. Há divergências verificadas na pesquisa as quais confirmam esta afirmação.

5.2 Recomendações

Levando-se em conta os resultados obtidos, neste estudo, destaca-se a necessidade de ampliação da pesquisa para outros cenários como a dos alunos da rede pública de ensino municipal, os alunos do ensino superior, para que possa entender se estes aspectos estão presentes em toda a vida estudantil e qualificação no ensino superior. Também verificar se a desigualdade vai sendo reduzida conforme o indivíduo avança nas séries ou, ao contrário, ela ganha robustez. Acredita-se que esses são parâmetros capazes de responder se a educação no sistema público de ensino de Macapá, de fato, viabiliza a emancipação, ou não, dos jovens estudantes. Ou o sistema educacional só reproduz mais desigualdade, uma vez que ele pode ter se tornado mais um instrumento performático delineador das estruturas capitalista de poder para manutenção das hierarquias.

Ainda, aponta-se como uma demanda observada no estudo, fazer uma análise qualitativa dos fatores que influenciam na concepção que os alunos têm sobre a

própria realidade onde estão inseridos, porque em alguns aspectos viu-se que os alunos negam ou não percebem sua realidade; é preciso saber se esta condição tem relação com a falta de conhecimento, do desenvolvimento de um senso crítico, ou mesmo de uma visão míope que compromete suas perspectivas e visão integral de sua construção social individual e coletiva. Diante disso, a pesquisa gera inquietações que passam a figurar sugestões que indicam pesquisas futuras que podem ser desenvolvidas dentro do campo temático, como:

- Expandir a amostra para mais escolas que tenham características diferentes e possam ser comparadas, por exemplo as escolas situadas em bairros centrais contrastadas com escolas de bairros considerados periféricos; instituições de ensino municipal, estadual e federal, ensino básico (fundamental e médio), técnico, ensino superior e outros.
- Ampliar o universo da pesquisa para os familiares dos alunos. A mesma temática pode ser avaliada também sob a perspectiva dos professores, o que entendem e como consideram que as desigualdades afetam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos de acordo com sua visão crítica sobre a realidade do Amapá.
- Trabalhar o desenvolvimento/adequação de métodos de pesquisa social que sejam capazes de aferir os impactos das desigualdades mesmo quando se avalia dados de natureza qualitativa, mas que podem e/ou tem correlação com os indicadores quantitativos e precisam de instrumentos que facilite a comprovação científica para esse tipo de associação.
- Buscar em outros estudos examinar como estes atores vislumbram essa contribuição e quais mecanismos e/ou técnicas devem ser adotados pelo sistema educacional para atingir este fim.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. América latina tem menos de 25% dos lares aptos para dupla inclusão: Condição indica acesso a serviços sociais e ao mercado de trabalho. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/america-latina-tem-menos-de-25-dos-lares-aptos-para-dupla-inclusao>. Acesso em: 23 mar. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Relatório mostra desigualdade no mercado de trabalho na América Latina. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/relatorio-aponta-desigualdade-no-mercado-de-trabalho-na-america-latina>. Acesso em: 23 mar. 2020.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e Desigualdade: A conjuntura atual do ensino público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Editora Unijuí, v. 2, n. 3, p. 125-157, jan./jun., 2014.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e Desigualdade: A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Editora Unijuí, v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**. Brasília, v. 10, n.120, p. 119-141, 2002.

BARROS, José Márcio (Org.). **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BARBETTA, Pedro Alberto.; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antonio Cezar. **Estatística: para cursos de engenharia e informática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BENATO, Dulcemara Terezinha; SOARES; Solange Toldo. FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO DE DESAFIOS. In. **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE**. Cadernos PDE, 2014.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In. ALTHOFF, C. R.; ELSÉN, I.; NITSCHKE, R. G. Organizadores. **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-livro, 2004, pp. 91-106.

BRASIL, **Lei Nº 13.005 de 2014**. Plano Nacional da Educação- PNE. Brasília: Ministério da educação.

_____. **Lei 10.097 de 2000**. Aprendiz Legal. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Presidência da República, 2000.

_____. **Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: Presidência da República, 2007.

_____. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 31 mar.2020.

_____. **Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acesso em: 31 mar. 2020.

_____. **Código Tributário Nacional.** 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

_____. **Constituição Federal do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 8.069 de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Pluralidade cultural.** 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. Brasília: Distrito Federal, 2015.

BORTHWICK-DUFFY, Sharon A. Quality of life for persons with mental retardation. 1992, p. 91-130. In. **Library of Congress Cataloging-in-Publication Data.** BORTHWICK-DUFFY, S. A.; WIDAMAN, K. F.; LITTLE, T. D.; EYMAN, R. K. Washington: American Association On Mental Retardation, 1992.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. Escola, pobreza e aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade. In. **XII Congresso Nacional de Educação – (EDUCERE).** ISSN 2176-1396, pp. 18671-18683. 26-29 de outubro, 2015.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar:** origem e trajetórias. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BURCKHART, Thiago. O direito à diversidade é uma resposta à intolerância. 2015. [versão online]. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/09/28/o-direito-a-diversidade-e-uma-resposta-a-intolerancia/> Acesso em: 15 mar.2020.

CAMARGO, Orson. "Cultura"; Brasil Escola. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-1.htm>. Acesso em: 04 dez. 2019.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, Educação e Cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. In. V Fórum Social Mundial – Porto Alegre, 2005.

CENCI, Daniel Rubens; ANDRIGHETTO, Aline. Preconceito cultural e o (Re)conhecimento de direitos. **Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica**, v. 20, n. 3, p. 1079-1107, set-dez, 2015. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/download/8391/4723>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CERQUEIRA, Francisco Wagner. Diversidade Cultural no Brasil. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diversidade-cultural-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 dez. 2019.

CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. 5 ed. São Paulo: Papyrus. 2008.

CONEDO, Daniele Pereira. **Cultura, democracia e participação social**: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v.1, n.2, p.1-12, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CRONEMBERGER, Izabel Herica Gomes M.; TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. **Revista Eletrônica Informe Econômico**. v. 1, n. 1, Ago. 2013.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Organização das Nações Unidas. **Texto proclamação dos direitos humanos universais**. Rio de Janeiro: UNIC/RIO/005, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009.

DICCIONÁRIO DE OXFORD LANGUAGES. Definição de qualidade de vida. Dicionário de Oxford Languages. Disponível em: <https://languages.oup.com/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho**: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo: DIEESE, 2011.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves Caminhas. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista**

Brasileira de Ciências Sociais [online]. v.31, n.92, out. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/319205/2016>. Acesso em: 5 abr. 2020.

FERNANDES, Claudio. Religião. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/religiao/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

FELCE, David; PERRY, Jonathan. Qualidade de vida: sua definição e mensuração. **Revista Dev Disabil**. v.16, n.1, p.51-74, jan./fev., 1995.

FURTADO, Maria Rita. **Uma discussão acerca do conceito de crença**. 2011. 62 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 131-147, set. 2017.

GALÁN, Guadalupe Nana. La calidad de vida: Análisis Multidimensional. **Enf. Neurol (Mex)**. v.II, n. 3; p.129-137. 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 13 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maiara da Silva. Espaço e território usado em uma política habitacional. In. STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Editora Ler, 2013.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade. **Revista Ciência & Saúde**. Coletiva. v.10, n.2, p.357-363, 2005.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.10, n.2, pp.357-363, 2005.

GUINDANI, Evandro Ricardo; KOGA, Yáscara Michele Neves; GRENDENE, Francine. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e as influências da realidade socioeconômica no contexto escolar do aluno. **Revista educ. PUC-Camp.**, Campinas, N. 19, V.2, p.133-144, mai./ago., 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Revista SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p.261-384, jul./dez., 2013.

IBGE. **Indicadores sociais**: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2014-2015. Brasília: Diretoria de Pesquisas IBGE, 2015. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao.html>. Acesso em: 20 mar.2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE CIDADES. AMAPÁ. 2020. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/amapa/panorama>. Acesso em 01 out. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 22 jun. 2019.

INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: Distrito Federal, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING. Crenças e valores pessoais. 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/crencas-e-valores-pessoais/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Manual do Saneamento Básico. 2012. Disponível em: www.tratabrasil.org.br. Acesso em: 20 mar.2020.

BRASIL. Instituto Trata Brasil. Principais Estatísticas 2020. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Trata Brasil. Principais Estatísticas 2020. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Marino. Pobreza. In. **Dicionário crítico**: política de assistência social no Brasil. FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline. – Organizadores. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 2 ed. Fortaleza: LEMOS, 2007.

LÚCIO, Patrícia Silva; PINHEIRO, Ângela Maria; NASCIMENTO, Elizabete. A Influência de fatores sociais, individuais e lingüísticos no desempenho de crianças na leitura em voz alta de palavras isoladas. **Revista Psicol. Reflex. Crit.** v.23, n.3, Porto Alegre, 2010. pp. 496-505.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Desigualdade e indicadores sociais no Brasil. In. **O Sociólogo e as políticas públicas**: Ensaio em Homenagem a Simon Schwartzman. SCHWARTZMAN, Luiza Farah *et al* – Organizadores. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MACHADO, Emerson. **Raça e Etnia**. 2019. Disponível em: <https://www.diferenca.com/raca-e-etnia/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MALBERGIER, André; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; AMARAL, Ricardo Abrantes. Uso de substâncias na adolescência e problemas familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, pp. 678-688, abr., 2012.

MONARDES Seeman; GONZÁLEZ Gill, F.; SOTO Pérez. Calidad de vida: Conceptos, características y aplicación del constructo. **Revista Sujeto, subjetividade y cultura**. Santiago de Chile, n. 2; p. 68-86, oct. 2011.

NASCIMENTO, Ayla Islana Costa; TEODORO, Maria Luísa de Farias; CARVALHO, Maria José Camargo de. A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes. 2012, p.1-14. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-147.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NETTO, Letícia Rodrigues Ferreira. Intolerância religiosa. [Versão online] 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 04 abr.2020.

NEVES, Diana Rebello; NASCIMENTO, Rejane Prevot; FELIX JR., Mauro Sergio; SILVA, Fabiano Arruda; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro. v. 16, n. 2, p.318-330, abr./jun. 2018.

NONOSE, Eliana Roldão dos Santos. **Doenças crônicas na escola**: um estudo das necessidades dos alunos. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

OLIVEIRA, Débora de; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica. **Revista Interação em Psicologia**, v.12, n.1, p. 87-98, 2008.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. DESIGUALDADE SOCIAL: uma trajetória de insistência no Brasil. In. VII-Jornada Internacional Políticas Públicas. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

OLIVEIRA, Maria Cecília Martins de; NEVES, Cristiane Cardoso Heckert. O direito à educação e à assistência social de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Jurídica Uniandrade**. v.2, n.25, p.1337-1371, 2016.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite; SILVEIRA, Sonia Bittencourt. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. *Linguística Aplicada das Profissões*. **VEREDAS**. Juiz de Fora. v.16, n. 1, p.149-165, jan. 2012.

OXFAM BRASIL. Desigualdade e renda. Disponível em: <https://oxfam.org.br/?tag&s=desigualdade%20de%20renda>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 31, n. 92, out. 2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Composição étnica do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/composicao-etnica-brasileira.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PERO, Valéria; SZERMAN, Dimitri. Mobilidade inter-geracional de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 38, n. 1, p.1-35, 2008.

PIECZARKA, Thiciane **Concepções de desigualdade social e mobilidade socioeconômica de adolescentes de escola pública de Curitiba**. 2009. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2009.

PIECZARKA, Thiciane. **Concepções de desigualdade social e mobilidade socioeconômica de adolescentes de escola pública de Curitiba**. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2009.

PINTO, Jucinara de Castro Almeida. **Desempenho Acadêmico e Fatores Socioeconômicos: uma análise no ensino médio integrado do IFBA/Campus Barreiras**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2015.

PINTO, Jucinara de Castro Almeida. **Desempenho acadêmico e fatores socioeconômicos: uma análise no ensino médio integrado do IFBA/Campus Barreiras**. 112 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PORFÍRIO, Francisco. "Cultura brasileira: da diversidade à desigualdade"; *Brasil Escola*. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-brasileira-diversidade-desigualdade.htm>. Acesso em: 25 abr. 2020.

_____. *Cultura brasileira: da diversidade à desigualdade*. *Brasil Escola*. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-brasileira-diversidade-desigualdade.htm>. Acesso em: 5 dez. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. Etnia. 2019. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/etnia.htm. Acesso em: 5 dez. 2019.

RIBEIRO, Vanda Mendes; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 71-87, set. 2017.

RIVERO, Patricia. Conferência: desigualdades sociais no mercado de trabalho – as políticas do possível. In. **Anais** da 62ª Reunião Anual da SBPC/ Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS. Natal -RN, p. 1-4, Jul. 2010.

RIZZINI, Irene (Org.). **Crianças e adolescentes com direitos violados: Situação de Rua e Indicadores de Vulnerabilidade no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: CIESPI, 2010.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Elisangela dos Santos. As influências das raízes culturais no processo de ensino-aprendizagem: A influência da cultura do indivíduo no processo de ensino-aprendizagem, diversas raízes culturais atuais, entrevista com professores. 2006. Brasil Escola. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-influencias-das-raizes-culturais-no-processo-ensinoaprendizagem.htm>. Acesso em: 30 abr.2020.

SABÓIA, Iratan Bezerra; COELHO, Raquel; AQUINO, Cássio Adriano Braz. *Narratives et labour*: impasses sobre o trabalho como narrativa de si-mesmo na contemporaneidade. **Revista Calidoscópico**. v. 5, n. 2, p. 84-91, mai./ago. 2007.

SALGADO, Jorge Arzate. Desigualdade social. In. OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M.D.P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANTANA, Clara Vanessa Maciel de Oliveira e Rocha. **A família na atualidade: novo conceito de família, novas formações e o papel do IBDFAM (instituto brasileiro de direito de família)**. 2015. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Curso de Graduação em Direito. Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, 2015.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação sócio econômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?**. São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção primeiros passos; 110).

SANTOS, Walberto Silva dos; GUERRA, Valeschka Martins; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; GOUVEIA, Valdiney Veloso; SOUZA, Luana Elayne Cunha de. A Influência dos Valores Humanos no Compromisso Religioso. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa.**, v. 28 n. 3, pp. 285-292, jul-set., 2012.

SEBRAE. **Educação Empreendedora no Ensino Fundamental**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empreendedora-no-ensino-fundamental,0c54be061f736410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SEBRAE. **Educação Empreendedora no Ensino Médio**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empreendedora-no-ensino-medio,358aa15d81d36410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SEN, Amartya K.; KLIKSBURG, Bernard. **As pessoas em primeiro lugar**: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERFERT, Tatiane Andrade. Diversidade cultural. 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/diversidadecultural.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2019.

SILVA, Algéria Varela Da. Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal. In. **13º ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE**. Maceió: UFAL, 2007.

SILVA, Algéria Varela. Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal. In. **13º Encontro de Ciências Sociais do norte nordeste**. UFAL MACEIÓ, 2007.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **Revista de Estudos da Religião**. n.2, pp.1-14, 2004.

SILVA, Natalino Neves da Silva. A diversidade cultural como princípio educativo. **Revista Paidéia**. Fumec. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 13-29, jul./dez. 2011.

SILVA, Simone Eduardo O. da. **A inserção do Jovem no Mercado de Trabalho**. 2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-insercao-jovem-no-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SIMÕES, Renata Duarte. **Os impactos da pobreza na educação escolar**. 2017. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/os-impactos-da-pobreza-na-educacao-escolar/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar.** 2009. 25 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Educacional) – Programa de Desenvolvimento Educacional, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, 2009.

SZARESKI, Charline. **O familiar acompanhante no cuidado ao adulto hospitalizado na perspectiva da equipe de enfermagem.** 105 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Centro de Ciência e Saúde, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2009.

UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 2001. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%Aancia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural-e-plano-de-acao.html>. Acesso em: 5 dez. 2019.

UNESCO. Unesco framework for cultural statistics - FCS. Montreal: Unesco Institute for Statistics - UIS, 2009. 100 p. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/culture/Documents/framework-culturalstatistics-culture-2009-en.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

VIEIRA, R. de A. Preconceito e diversidade cultural: o que revelam pesquisas Brasileiras em educação? **DEDiCA. Revista de educação e humanidades**, v.5, pp.139-149, mar., 2014.

VIEIRA, Renata de Almeida. Preconceito e diversidade cultural: o que revelam pesquisas Brasileiras em educação? **DEDiCA. Revista de Educação e Humanidades**, n.5, p.139-149, mar. 2014.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade social e pobreza como consequência do desenvolvimento da sociedade. **In. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador.** Ponta Grossa. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf> f. Acesso em: 21 nov. 2019.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Esta pesquisa faz parte do Estudo Científico para elaboração de uma Dissertação de Mestrado sobre **CONDIÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MACAPÁ: LUCIMAR DEL CASTILLO, SEBASTIANA LENIR DE AMEIDA E TIRADENTES, DESDE SUA PRÓPRIA PERSPECTIVA**. Ressalta-se o compromisso em manter o anonimato dos entrevistados.

Número do Questionário: _____

Nome da Escola: _____

Etapas de ensino do aluno: () 1º Ano do ensino médio () 2º Ano do ensino médio () 3º Ano do ensino médio

1ª DIMENSÃO (CONDIÇÃO SOCIAL)

1. Número total de pessoas residentes em sua casa?

- () 2 pessoas () 5 pessoas () 8 pessoas () Acima de 10 pessoas
() 3 pessoas () 6 pessoas () 9 pessoas
() 4 pessoas () 7 pessoas () 10 pessoas

2. Você diria que sua família possui boas condições sociais?

- 1 () Sim 2 () Não

OBS: Considera-se neste indicador aspectos relacionados 08 (oito) elementos fundamentais acessados ou característicos do perfil da família, sendo estes, a alimentação adequada, saúde, renda, moradia, educação, trabalho, segurança, e saneamento básico. Desse modo **classifica-se como Boa condição social** as famílias com acesso adequado a demanda familiar de no mínimo 06 (seis) dos oito itens descritos.

3. Você diria que sua família possui boas condições de habitação?

- 1 () Sim 2 () Não

OBS: Este indicador relaciona-se à existência de 06 (seis) elementos relacionados à moradia e seu entorno que são, terreno em área segura (não alagada), salubridade do ambiente, segurança do ambiente, material da casa (madeira/alvenaria), quantidade de cômodos da casa, ocorrência de impactos de vizinhança (poluição sonora e ambiental). **Classifica-se como condição de habitação Boa** as famílias com características positivas/adequadas para no mínimo 04 (quatro) dos seis aspectos descritos.

4. Em seu domicílio as condições de saneamento básico são boas?

- 1 () Sim 2 () Não

OBS: Indicadores de condições de saneamento: para análise deste indicador levar-se-á em consideração o acesso pela família a pelo menos 05 (cinco) elementos fundamentais do saneamento básico no Brasil que são, água potável, tratamento de esgoto, tratamento de resíduos, energia elétrica e drenagem urbana. **Classifica-se como Condição de Saneamento Boa**, as famílias que tiverem acesso a no mínimo 04 (quatro) dentre os cinco elementos descritos.

5. Você acha que faz parte de um sistema social desigual?

- 1 () Sim 2 () Não

6. Em tratando-se da desigualdade social você considera que esse sistema nega a você as oportunidades que necessita para melhorar suas condições sociais?

- 1 () Sim 2 () Não

7. Você considera que a educação que recebe na escola pública é desigual se comparada ao sistema privado de ensino?

- 1 () Sim 2 () Não

8. Em sua opinião a desigualdade social pode comprometer sua qualificação profissional e futura inserção no mercado de trabalho?

- 1 () Sim 2 () Não

9. Você compreende o que é situação de vulnerabilidade social?

1 () Sim 2 () Não

OBS: Se marcar não, pule a questão de número 10.

10. Você e/ou sua família vivem em situação de vulnerabilidade social?

1 () Sim 2 () Não

11. Você tem conhecimento se na sua escola existem alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social?

1 () Sim 2 () Não

12. Em sua opinião, a situação de vulnerabilidade social pode comprometer o desempenho escolar do aluno?

1 () Sim 2 () Não

13. Marque X para **Sim ou Não** para cada questão referente às condições do seu ambiente familiar:

	SIM	NÃO
Vive em ambiente familiar conflituoso		
Vive em ambiente familiar violento		
Vivem em ambiente família com condições excelentes		
Vive em ambiente familiar com boas condições		

OBS: Considera-se a ambiente familiar, o espaço de convívio, as interações e relações dos membros da família, para o qual se estabelece a seguinte classificação: *Ambiente familiar conflituoso* – caracteriza-se pela ocorrência de discussões, desentendimentos, exclusão, preconceito, comportamentos agressivos entre os membros do grupo familiar. *Ambiente familiar violento* – caracteriza-se pela ocorrência frequente no âmbito familiar de agressões físicas e/ou psicológicas, relacionamentos abusivos, maus tratos, ameaças à dignidade humana sofrida e/ou exercida por um ou mais membros da família. *Ambiente familiar com boas condições* – caracteriza-se pela existência de relações familiares saudáveis, onde são respeitadas as necessidades individuais de cada membro da família. *Ambiente familiar com condições excelentes* – caracteriza-se pela existência de relações familiares saudáveis, igualitárias, sem ocorrência de nenhum tipo de violência, onde os direitos e deveres são equivalentes entre os indivíduos e a garantia ao atendimento das necessidades individuais de todos são igualmente atendidas.

14. Em seu ambiente familiar ocorre alguma situação de violência física e/ou psicológica?

1 () Sim 2 () Não

15. Em seu ambiente familiar ocorre ou já ocorreu algum problema relacionado ao uso de drogas ilícitas por algum membro da família?

1 () Sim 2 () Não

16. Em seu ambiente familiar ocorre ou já ocorreu algum problema de saúde grave com algum membro da família?

1 () Sim 2 () Não

17. Você considera que situações negativas ou de adversidades ocorridas no ambiente familiar pode comprometer o desenvolvimento educacional do aluno?

1 () Sim 2 () Não

18. Você considera que através da educação você pode mudar ou melhorar a sua condição social e de sua família?

1 () Sim 2 () Não

2ª DIMENSÃO (CONDIÇÃO ECONÔMICA)

19. Sobre a renda de sua família marque X para **Sim ou Não** de cada questão do quadro abaixo:

	SIM	NÃO
A situação da renda familiar é vulnerável		
A situação de renda da família é boa		
A situação de renda da família é ruim		
A situação de renda da família é excelente		

OBS: Indicadores de condições de renda: Considera-se a renda familiar, sendo a somatória da renda de todos os membros da família. Para critério da clarificação das condições de renda tem-se; *Renda familiar vulnerável* – situação de pobreza, de modo que a renda familiar per capita mensal seja igual ou inferior ao valor entre R\$ 105 a R\$ 210 por indivíduo. *Renda familiar ruim* – proporção dos indivíduos com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo (R\$ 1.212 salário mínimo vigente, 50% valor menor ou igual a R\$ 606). *Renda familiar boa* – proporção dos indivíduos com renda familiar per capita igual ou maior que um salário mínimo (\leq R\$ 1.212) por indivíduo. *Renda familiar excelente* – proporção dos indivíduos com renda familiar per capita igual ou maior que três salários mínimos (\leq R\$ 3.636) por indivíduo.

1 () Sim 2 () Não
49. Em sua opinião as questões referentes à diversidade cultural do estudante podem afetar seu desenvolvimento educacional? 1 () Sim 2 () Não
50. Você considera que o sistema educacional pode contribuir para melhoria das suas condições culturais? 1 () Sim 2 () Não

Muito obrigado (a) por sua atenção!

Macapá, _____ de _____ de 2022.